

RELATÓRIO FINAL DA AGENDA REGULATÓRIA 2022-2024

Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq

Diretoria Colegiada

Eduardo Nery Machado Filho – Diretor-Geral

Flávia Moraes Lopes Takafashi – Diretora

Wilson Pereira de Lima Filho – Diretor

Alber Furtado de Vasconcelos Neto – Diretor

Caio César Farias Leôncio – Diretor

Superintendência de Regulação - SRG

José Renato Ribas Fialho – Superintendente de Regulação

José Gonçalves Moreira Neto – Gerente de Regulação da Navegação

Sandro José Monteiro – Gerente de Regulação Portuária

Coordenadoria-Geral de Governança Regulatória - CGGR

Michely Vieira Santos – Coordenadora

Priscilla Paiva de Medeiros – Especialista em Regulação

Coordenação e elaboração do relatório

Michely Vieira Santos

Priscilla Paiva de Medeiros

Janeiro/2025

Apresentação

Este relatório apresenta o acompanhamento da execução da Agenda Regulatória 2022-2024 da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq.

O relatório foi elaborado em atendimento à Resolução Antaq nº 40, de 3 de março de 2021 (art. 4º, inciso XII), a qual estabeleceu que a cada ano a Superintendência de Regulação (SRG) deve publicar o Relatório de Acompanhamento Anual da Agenda Regulatória.

Nesse cenário, tem por objetivo apresentar conceitos sobre a Agenda Regulatória; um breve histórico das Agendas Regulatórias anteriores; a estruturação da Agenda Regulatória 2022-2024; as etapas de execução e acompanhamento ao longo do período; bem como a avaliação dos resultados alcançados, através do Indicador de Acompanhamento da Agenda Regulatória (IAR), que integra o Plano Estratégico 2021/2024 da Antaq.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
A AGENDA REGULATÓRIA 2022-2024	6
Elaboração	6
Execução e acompanhamento	11
Etapas do processo regulatório	11
Detalhamento da execução dos temas	11
Avaliação	53
Resultados	53
Indicador de Cumprimento da Agenda Regulatória (IAR)	54
Atos normativos editados	55
Resumo	57
CONCLUSÕES	62

INTRODUÇÃO

A Agenda Regulatória (AR), prevista na [Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019](#) (Lei das Agências, art. 21), é o instrumento de planejamento da atividade normativa que contém o conjunto dos temas prioritários a serem regulamentados pela Agência durante sua vigência.

Importante ferramenta de governança, a AR é um instrumento de planejamento, transparência e de previsibilidade institucional. O seu processo de elaboração é participativo e busca envolver as unidades organizacionais internas, entes públicos, privados e a sociedade civil na discussão dos temas de relevância para proposição de ações regulatórias.

No âmbito da Antaq, as regras e procedimentos para elaboração da Agenda Regulatória estão dispostas na [Resolução Antaq nº 40, de 4 de março de 2021](#).

Desde 2016, a Antaq já elaborou e disponibilizou à sociedade 4 (quatro) Agendas Regulatórias:

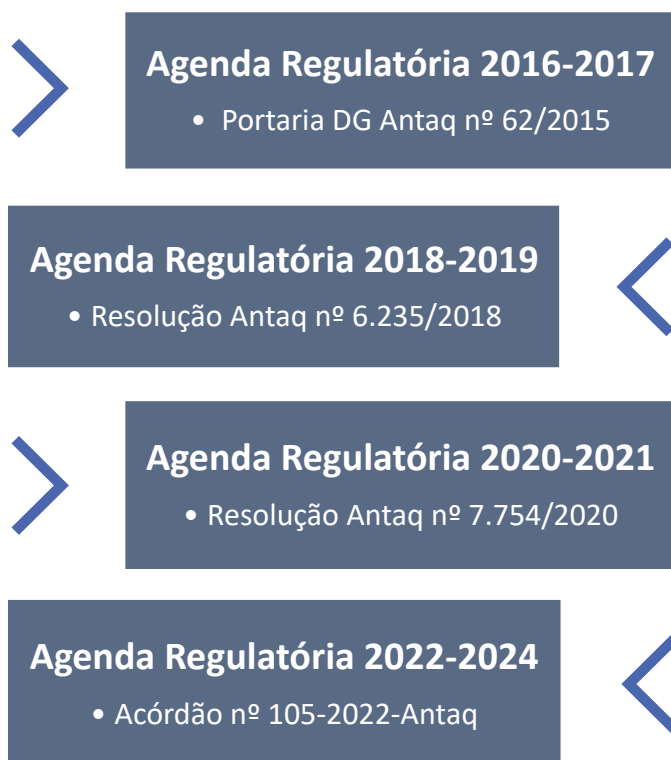


Figura 1 – Histórico das Agendas Regulatórias da Antaq.
Fonte: Elaboração própria.

A AGENDA REGULATÓRIA 2022-2024

Elaboração

O processo de elaboração da Agenda Regulatória 2022-2024 está documentado no Processo SEI Antaq nº 50300.005007/2021-44.

Em março de 2021, a Superintendência de Regulação (SRG) instituiu o Grupo de Trabalho (GT) responsável por elaborar a proposta de Agenda Regulatória para o triênio 2022 a 2024.

Ao longo do processo, o GT levantou propostas iniciais de temas e buscou a obtenção de contribuições de forma plural, através dos seguintes instrumentos de participação social:

- Realização de reuniões e consultas junto a órgãos externos, como a Secretaria Nacional de Portos e Transporte Aquaviário (SNPTA), do Ministério da Infraestrutura; a Secretaria Executiva do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit); o Tribunal de Contas da União (TCU); e a Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae) e a Controladoria-Geral da União (CGU), do Ministério da Economia;
- Consulta Interna nº 01/2021/SRG/Antaq, de 14/05/2021 a 28/05/2021, destinada aos servidores da Antaq;
- Tomada de Subsídios nº 01/2021, de 04/08/2021 a 18/08/2021;
- Reabertura do prazo para contribuições, de 09/09/2021 a 18/09/2021.

Após a conclusão dos trabalhos do GT, a SRG submeteu a proposta final da Agenda Regulatória para deliberação da Diretoria Colegiada da Antaq, com a sugestão dos temas prioritários divididos em 4 eixos temáticos, a saber:

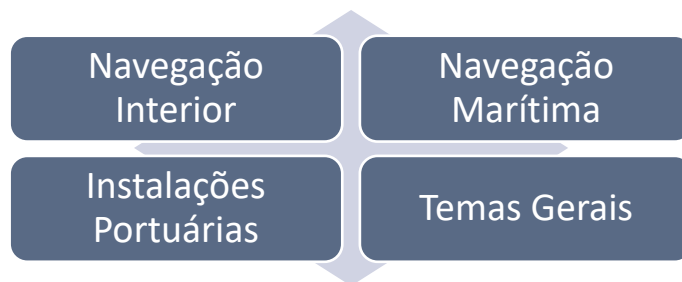


Figura 2 – Eixos temáticos da Agenda Regulatória da Antaq.
Fonte: Elaboração própria.

Em fevereiro de 2022, o [Acórdão nº 105-2022-Antaq](#) aprovou a Agenda Regulatória 2022-2024 da Antaq, contando com 18 temas; dentre os quais, 7 provenientes de trabalhos em andamento da Agenda Regulatória 2020-2021*:

Navegação Interior

- 1.1 – Modelagem de outorgas para travessias.
- 1.2 – Regulação dos pontos de atracação do serviço de transporte de travessia.
- 1.3 – Simplificar o estoque regulatório da navegação interior.*

Navegação Marítima

- 2.1 – Avaliação da pertinência de inserção de tipificação na RN-18 acerca da recusa na assunção da cobrança de sobrestadia pelo transportador marítimo ou agente intermediário nas situações em que estes foram agente causador da prestação do serviço e restam inadimplentes.
- 2.2 – Flexibilização das regras de afretamento a respeito de compartilhamento de embarcação afretada por mais de 1 (um) afretador e de cessão de tonelagem entre EBNs e não-EBNs.
- 2.3 – Inovações decorrentes da Lei nº 14.301/2022.
- 2.4 – Desenvolver metodologia para determinar abusividade na cobrança de sobreestadia de contêineres.*

Instalações Portuárias

- 3.1 – Inovações decorrentes da Lei nº 14.047/2020.
- 3.2 – Inspeção Não Invasiva de Contêineres - INI.
- 3.3 – Regulamentação do parágrafo único do art. 9º da Resolução Normativa nº 34-Antaq, de 2019.
- 3.4 – Sistematizar mecanismo de análise e apuração de possíveis abusividades relacionadas com cobrança de THC de usuários, por parte dos armadores que atracam em instalações portuárias brasileiras.*
- 3.5 – Padronização das rubricas dos serviços básicos prestados pelos terminais de contêineres e definição de diretrizes acerca dos serviços inerentes, acessórios ou complementares.*
- 3.6 – Definição de critérios mínimos que orientem a contratação de seguro de responsabilidade civil e de acidentes pessoais para dar cobertura as suas

responsabilidades como autoridade portuária e arrendatários (ou figuras análogas, tais como contrato de transição, uso temporário, cessão de uso), excluindo o seguro de operador portuário.*

3.7 – Atualização da Norma de Fiscalização Portuária.

Temas Gerais

4.1 – Elaboração de proposta para regulamentar o conteúdo mínimo de ARR na Antaq.

4.2 – Regulamentação do procedimento administrativo para harmonizar conflitos de interesse entre os agentes que atuam nos setores regulados pela Antaq, prevendo soluções diligentes.*

4.3 – Disciplinamento dos Termos de Ajuste de Conduta - TAC's, a serem celebrados junto a esta Agência.*

4.4 – Atualização da Norma que disciplina o Processo Administrativo Sancionador.

Durante a sua execução, a Agenda Regulatória 2022-2024 passou pelas seguintes modificações:

- o [Acórdão nº 62-2023-Antaq](#) determinou a inclusão de 1 tema (3.8) e a possibilidade de inclusão de mais 1 tema após a deliberação de mérito do Processo SEI nº 50300.014796/2022-95;
- o [Acórdão nº 40-2024-Antaq](#) aprovou a revisão ordinária da AR e promoveu a unificação de 3 temas (1.1 e 1.2 foram incorporados ao 1.3), o desmembramento do item 2.3 em mais 4 temas (2.3, 2.5, 2.6, 2.7 e 2.9), a exclusão do tema 3.3 e a inclusão de 4 temas (3.9, 3.10, 3.11 e 3.12);
- o [Acórdão nº 14-2024-Antaq](#) determinou a inclusão de 1 tema após a deliberação de mérito do Processo SEI nº 50300.014796/2022-95;
- o [Acórdão nº 125-2024-Antaq](#) promoveu a consolidação da revisão ordinária da AR, com a incorporação do item 2.8 e do tema determinado pelo Acórdão nº 14-2024-Antaq (3.13); e
- o [Acórdão nº 660-2024-Antaq](#) determinou a inclusão de 1 tema (4.5).

Desse modo, a Agenda Regulatória 2022-2024 contou ao total com 30 temas, dos quais 27 permaneceram válidos, conforme segue:

Consolidação dos Temas da Agenda Regulatória Antaq 2022-2024

Eixo	ID	Tema	Ato
Navegação Interior	1.1	Modelagem de outorgas para travessias	Inserido pelo Acórdão nº 105-2022-Antaq Excluído pelo Acórdão nº 40-2024-Antaq
Navegação Interior	1.2	Regulação dos pontos de atracação do serviço de transporte de travessia	Inserido pelo Acórdão nº 105-2022-Antaq Excluído pelo Acórdão nº 40-2024-Antaq
Navegação Interior	1.3	Simplificar o estoque regulatório da navegação interior Revisão e simplificação do estoque regulatório da navegação interior	Inserido pelo Acórdão nº 105-2022-Antaq Reformulado pelo Acórdão nº 40-2024-Antaq
Navegação Marítima	2.1	Avaliação da pertinência de inserção de tipificação na RN-18 acerca da recusa na assunção da cobrança de sobre-estadia pelo transportador marítimo ou agente intermediário nas situações em que estes foram agente causador da prestação do serviço e restam inadimplentes	Inserido pelo Acórdão nº 105-2022-Antaq
Navegação Marítima	2.2	Flexibilização das regras de afretamento a respeito de compartilhamento de embarcação afretada por mais de 1 (um) afretador e de cessão de tonelage entre EBNs e não-EBNs	Inserido pelo Acórdão nº 105-2022-Antaq
Navegação Marítima	2.3	Inovações decorrentes da Lei nº 14.301/22: Definição dos critérios para enquadramento da embarcação como efetivamente operante e pertencente a um grupo econômico	Inserido pelo Acórdão nº 105-2022-Antaq Reformulado pelo Acórdão nº 40-2024-Antaq
Navegação Marítima	2.4	Desenvolver metodologia para determinar abusividade na cobrança de sobre-estadia de contêineres	Inserido pelo Acórdão nº 105-2022-Antaq
Navegação Marítima	2.5	Inovações decorrentes da Lei nº 14.301/22: Adequações e atualizações na Resolução Normativa Antaq nº 01/2015	Inserido pelo Acórdão nº 40-2024-Antaq
Navegação Marítima	2.6	Inovações decorrentes da Lei nº 14.301/22: Adequações e atualizações na Resolução Normativa Antaq nº 05/2016	Inserido pelo Acórdão nº 40-2024-Antaq
Navegação Marítima	2.7	Inovações decorrentes da Lei nº 14.301/22: Adequações e atualizações na Resolução Antaq nº 62/2021	Inserido pelo Acórdão nº 40-2024-Antaq
Navegação Marítima	2.8	Adequação dos critérios de afretamento por tempo na navegação de cabotagem, em decorrência das alterações na Lei nº 9.432/97, introduzidas pela Lei nº 14.301/22.	Inserido pelo Acórdão nº 125-2024-Antaq
Navegação Marítima	2.9	Revisão e aprimoramento dos procedimentos de consulta ao mercado da disponibilidade de embarcação brasileira, com vistas ao afretamento de embarcações estrangeiras para operar na navegação marítima	Inserido pelo Acórdão nº 40-2024-Antaq
Instalações Portuárias	3.1	Inovações decorrentes da Lei nº 14.047/2020	Inserido pelo Acórdão nº 105-2022-Antaq
Instalações Portuárias	3.2	Inspeção Não Invasiva de Contêineres - INI	Inserido pelo Acórdão nº 105-2022-Antaq
Instalações Portuárias	3.3	Regulamentação do parágrafo único do art. 9º da Resolução Normativa nº 34-Antaq, de 2019	Inserido pelo Acórdão nº 105-2022-Antaq Excluído pelo Acórdão nº 40-2024-Antaq

Instalações Portuárias	3.4	Sistematizar mecanismo de análise e apuração de possíveis abusividades relacionadas com cobrança de THC de usuários, por parte dos armadores que atracam em instalações portuárias brasileiras	Inserido pelo Acórdão nº 105-2022-Antaq
Instalações Portuárias	3.5	Padronização das rubricas dos serviços básicos prestados pelos terminais de contêineres e definição de diretrizes acerca dos serviços inerentes, acessórios ou complementares	Inserido pelo Acórdão nº 105-2022-Antaq
Instalações Portuárias	3.6	Definição de critérios mínimos que orientem a contratação de seguro de responsabilidade civil e de acidentes pessoais para dar cobertura as suas responsabilidades como autoridade portuária e arrendatários (ou figuras análogas, tais como contrato de transição, uso temporário, cessão de uso), excluindo o seguro de operador portuário	Inserido pelo Acórdão nº 105-2022-Antaq
Instalações Portuárias	3.7	Atualização da Norma de Fiscalização Portuária	Inserido pelo Acórdão nº 105-2022-Antaq
Instalações Portuárias	3.8	Revisão da Resolução Normativa Antaq nº 31, de 13 de abril de 2019, tratando da prestação de informações para a alimentação do Sistema de Acompanhamento de Preços Portuários (Módulo APP)	Determinado pelo Acórdão nº 62-2023-Antaq Inserido pelo Acórdão nº 40-2024-Antaq
Instalações Portuárias	3.9	Aplicação da interpretação contábil ICPC 01 (R1) na contabilização de concessões de portos organizados	Inserido pelo Acórdão nº 40-2024-Antaq
Instalações Portuárias	3.10	Procedimentos de revisão extraordinária e aprovação da proposta apoiada dos contratos de concessão de portos organizados	Inserido pelo Acórdão nº 40-2024-Antaq
Instalações Portuárias	3.11	Revisão da Resolução Antaq nº 2650, de 26 de setembro de 2012, tratando dos instrumentos de acompanhamento e controle de gestão ambiental em instalações portuárias	Inserido pelo Acórdão nº 40-2024-Antaq
Instalações Portuárias	3.12	Limites regulatórios para exploração e contratação de pátios de triagem de veículos, fora e dentro do porto organizado	Inserido pelo Acórdão nº 40-2024-Antaq
Instalações Portuárias	3.13	Revisão da Resolução Normativa-Antaq nº 13, de 13 de outubro de 2016, tratando das instalações de apoio ao transporte aquaviário	Determinado pelo Acórdão nº 14-2024-Antaq Inserido pelo Acórdão nº 125-2024-Antaq
Temas Gerais	4.1	Elaboração de proposta para regulamentar o conteúdo mínimo de ARR na Antaq	Inserido pelo Acórdão nº 105-2022-Antaq
Temas Gerais	4.2	Regulamentação do procedimento administrativo para harmonizar conflitos de interesse entre os agentes que atuam nos setores regulados pela Antaq, prevendo soluções diligentes	Inserido pelo Acórdão nº 105-2022-Antaq
Temas Gerais	4.3	Disciplinamento dos Termos de Ajuste de Conduta - TAC's, a serem celebrados junto a esta Agência	Inserido pelo Acórdão nº 105-2022-Antaq
Temas Gerais	4.4	Atualização da Norma que disciplina o Processo Administrativo Sancionador	Inserido pelo Acórdão nº 105-2022-Antaq
Temas Gerais	4.5	Normatização do ambiente regulatório experimental - <i>Sandbox</i> Regulatório na Antaq	Inserido pelo Acórdão nº 660-2024-Antaq

Execução e acompanhamento

Etapas do processo regulatório

Para acompanhamento da execução da Agenda Regulatória, foram estabelecidas etapas do processo regulatório.

De 2022 a 2023, as etapas consistiam em:

- 1 - Não iniciado
- 2 - Em estudos preliminares;
- 3 - Em elaboração de AIR preliminar;
- 4 - Em deliberação do Colegiado para abertura de consulta pública;
- 5 - Em participação social;
- 6 - Em consulta pública;
- 7 - Em análise das contribuições da consulta pública e elaboração de AIR final;
- 8 - Em análise jurídica;
- 9 - Em deliberação do Colegiado do AIR final e proposta de regulação; e
- 10 - Concluído.

Em 2024, a classificação das etapas foi revisada e o processo regulatório passou a contar com 9 etapas:

- 1 - Não iniciado;
- 2 - Em estudos preliminares;
- 3 - Em consulta interna de outras setoriais;
- 4 - Em deliberação do colegiado para participação social;
- 5 - Em participação social;
- 6 - Em análise das contribuições da participação social;
- 7 - Em análise técnica final;
- 8 - Em deliberação final do colegiado; e
- 9 - Concluído.

Dessa maneira, na seção a seguir, o nome das etapas pode variar de acordo com a época de execução do tema.

Detalhamento da execução dos temas

Os temas da Agenda Regulatória 2022-2024 foram desenvolvidos de acordo com cronogramas específicos e cada etapa do processo regulatório foi acompanhada pela SRG. A seguir, apresenta-se o detalhamento da condução de cada tema ao longo do período.

ID 1.1 – Modelagem de outorgas para travessias

Processo	50300.003469/2022-16		
Responsável	Gerência de Regulação da Navegação – GRN		
Relatoria	Flávia Takafashi		
Descrição	<p>Objetivo: Proposição de modelagem regulatória para aprimoramento das outorgas de transporte de travessia.</p> <p>Problema regulatório: Enorme variedade de práticas e condições de prestação de serviços de transporte de travessia, que não são completamente reguladas pelo regramento vigente.</p>		
Resumo da execução	<p>O tema foi desenvolvido de março/2022 a dezembro/2023, até que o Acórdão nº 649-2023-Antaq (SEI nº 2100868) revogou as Resoluções Antaq nº 80, 81 e 82/2023 e unificou os temas 1.1, 1.2 e 1.3, passando a existir apenas o tema 1.3 – “Revisão e simplificação do estoque regulatório da navegação interior”.</p>		
Documentos Relevantes	2022	Etapa 1 – Não iniciado	
		Etapa 2 – Em estudos preliminares	
		março	Tema iniciado em 02/03/2022, conforme Despacho GRI (SEI nº 1553085)
		março	Plano de Trabalho GRI (SEI nº 1553101)
		abril	Nota Técnica nº 2/2022/GRN/SRG (SEI nº 1576140): estudos preliminares
		julho	Relatório Técnico nº 4/2022/GRN/SRG (SEI nº 1638966): relatório de visita técnica à linha de travessia Ipiranga/SC – Basso do Guarita/SC
		setembro	Relatório Técnico nº 7/2022/GRN/SRG (SEI nº 1688588): relatório consolidado de visitas técnicas à linhas de travessia
	2023	Etapa 3 – Em elaboração de AIR preliminar	
		maio	Relatório de AIR nº 6/2023 (SEI nº 1933116)
		julho	Relatório Técnico nº 6/2023 (SEI nº 1969440): relatório de análise das contribuições internas relacionadas ao AIR e minutas de normas elaboradas
		dezembro	Relatório de AIR nº 7/2023 (SEI nº 2066353)
	2024	março	Despacho SRG (SEI nº 2167475): incorporação do tema ao Processo SEI nº 50300.003320/2024-91, em atenção ao Acórdão nº 649-2023-Antaq
Resultado	-		
Situação	Excluído		

ID 1.2 – Regulação dos pontos de atracação do serviço de transporte de travessia

Processo	50300.003386/2023-08		
Responsável	Gerência de Regulação da Navegação – GRN		
Relatoria	Alber Vasconcelos		
Descrição	<p>Objetivo: Buscar soluções regulatórias para os pontos de atracação dos serviços de transporte de travessia.</p> <p>Problema regulatório: Falta de clareza com relação às responsabilidades, tipificação e dominialidade dos pontos de atracação.</p>		
Resumo da execução	<p>O tema foi desenvolvido de fevereiro/2023 a outubro/2023, até que o Acórdão nº 649-2023-Antaq (SEI nº 2100868) revogou as Resoluções Antaq nº 80, 81 e 82/2023 e unificou os temas 1.1, 1.2 e 1.3, passando a existir apenas o tema 1.3 – “Revisão e simplificação do estoque regulatório da navegação interior”.</p>		
Documentos Relevantes	2022	Etapa 1 – Não iniciado	
	2023	Etapa 2 – Em estudos preliminares	
		<i>fevereiro</i>	Tema iniciado em 01/03/2023, conforme Ordem de Serviço nº 52/2023 (SEI nº 1857463)
		<i>março</i>	Plano de Trabalho GRN (SEI nº 1859365)
		<i>abril</i>	Nota Técnica nº 54/2023/GRN/SRG (SEI nº 1885881): estudos preliminares
		<i>setembro</i>	Despacho SFC (SEI nº 2021598): levantamento de dados dos pontos de atracação das travessias reguladas pela Antaq
		<i>outubro</i>	Despacho SEEP (SEI nº 2027467): caracterização dos pontos de atracação de travessia – P28
	2024	<i>março</i>	Despacho SRG (SEI nº 2167451): incorporação do tema ao Processo SEI nº 50300.003320/2024-91, em atenção ao Acórdão nº 649-2023-Antaq
Resultado	-		
Situação	Excluído		

ID 1.3 – Revisão e simplificação do estoque regulatório da navegação interior

Processo	50300.009504/2020-31 50300.003320/2024-91 (processo após revisão da Agenda)	
Responsável	Gerência de Regulação da Navegação – GRN	
Relatoria	Flávia Takafashi	
Descrição	Objetivo: Reduzir instrumentos já editados em normas únicas, mais sintéticas e objetivas, focadas principalmente no destinatário da resolução e no tipo de transporte (e seu consequente regime jurídico), e não na modalidade de navegação. Problema regulatório: Repetição de dispositivos e falta de padrão para determinadas exigências comuns, considerando que as normas de navegação interior estão classificadas em função do tipo de navegação.	
Resumo da execução	O tema foi iniciado no âmbito da Agenda Regulatória Antaq 2020-2021. No novo ciclo regulatório, foi desenvolvido durante todo o período. Em julho/2022, o tema foi concluído com a publicação das Resoluções Antaq nº 80, 81 e 82/2023, entretanto, o Acórdão nº 649-2023-Antaq (SEI nº 2100868) revogou as referidas resoluções e unificou os temas 1.1, 1.2 e 1.3, passando a existir apenas o tema 1.3 – “Revisão e simplificação do estoque regulatório da navegação interior”. Assim, o tema foi novamente iniciado em abril/2024 e foi inserido na Agenda Regulatória 2025-2028 para continuidade.	
Documentos Relevantes	2020	Etapa 1 – Não iniciado
		Etapa 2 – Em estudos preliminares
		<i>julho</i> Tema iniciado no âmbito da Agenda Regulatória 2020-2021, em 06/07/2020, conforme Ordem de Serviço nº 82/2020/GRI/SGR (SEI nº 1079921)
		<i>julho</i> Plano de Trabalho GRI (SEI nº 1079694)
		<i>agosto</i> Nota Técnica nº 90/2020/GRI/SGR (SEI nº 1116313): estudos preliminares
		<i>agosto setembro</i> Aviso de Tomada de Subsídios nº 1/2020 (SEI nº 1118049): período de 27/08/2020 a 25/09/2020
		<i>agosto setembro</i> Aviso de Consulta Interna 1/2020 (SEI nº 1118161): período de 27/08/2020 a 25/09/2020
		<i>outubro</i> Relatório nº 3/2020/GRI/SGR (SEI nº 1144435): análise das contribuições internas e externas
	2021	Etapa 3 – Em elaboração de AIR Preliminar
		<i>janeiro</i> Relatório de AIR nº 2/2021 (SEI nº 1229711)
		Etapa 4 – Em deliberação do Colegiado para abertura de consulta pública
		<i>junho</i> Acórdão Antaq nº 301/2021 (SEI nº 1339487): aprovação da proposta apresentada para submissão em consulta pública
		Etapa 5 – Em participação social / Etapa 6 – Em consulta pública
		<i>junho agosto</i> Aviso de Audiência Pública nº 14/2021 (SEI nº 1339587): período de 14/06/2021 a 07/08/2021
		<i>julho</i> Audiência Pública: modelo virtual realizada no dia 19/07/2021, conforme Deliberação DG Antaq nº 163/2021 (SEI nº 1369967)

		Etapa 7 – Em análise das contribuições da consulta pública e elaboração de AIR final	
		<i>agosto</i>	Relatório Técnico nº 6/2021/GRI/SRG (SEI nº 1409018): análise das contribuições da consulta pública
		Etapa 8 – Em análise jurídica	
		<i>novembro</i>	Parecer Jurídico nº 00076/2021 (SEI nº 1466552)
	2022	Etapa 9 – Em deliberação do Colegiado do AIR final e proposta de regulação	
		<i>janeiro</i>	Despacho AST-D2 (SEI nº 1528777): inclusão em ROD
		<i>fevereiro</i>	Despachos AST-D1 (SEI nº 1535786 e 1535884): diligências
		<i>março</i>	Despacho SRG (SEI nº 1552828): instrução técnica
		<i>abril</i>	Despacho AST-D1 (SEI nº 1594657): diligências
		<i>maio</i>	Parecer Jurídico n. 00012/2022/NCA/PFANTAQ/PGF/AGU (SEI nº 1621549)
		<i>julho</i>	Acórdão Antaq nº 406/2022 (1661704): aprovação das Resoluções Antaq nº 80, 81 e 82/2022
		Etapa 10 - Concluído	
	2023	<i>dezembro</i>	Tema reformulado e reiniciado no Processo SEI nº 50300.003320/2024-91, em atendimento ao Acórdão nº 649-2023-Antaq (SEI nº 2100868), que revogou as Resoluções Antaq nº 80, 81 e 82/2023 e unificou os temas 1.1, 1.2 e 1.3
		Etapa 1 – Não iniciado	
	2024	Etapa 2 – Em estudos preliminares	
		<i>abril</i>	Tema reiniciado em 02/04/2024, conforme Ordem de Serviço nº 64/2024/GRN/SRG (SEI nº 2202177)
		<i>abril</i>	Nota Técnica nº 61/2024/GRN/SRG (SEI nº 2203686): estudos preliminares
		Etapa 3 – Em consulta interna de outras setoriais	
		<i>maio</i>	Nota Técnica nº 242/2024/GOA/SOG (SEI nº 2244961): manifestação interna
		<i>junho</i>	Nota Técnica nº 113/2024/GRN/SRG (SEI nº 2258700): nova manifestação técnica da GRN
		<i>junho</i>	Plano de Trabalho GRN (SEI nº 2259427)
		<i>outubro</i>	Relatório Técnico nº 8/2024/GRN/SRG (SEI nº 2285693): organização técnica do tema
		<i>outubro</i>	Nota Técnica nº 609/2024/GOA/SOG (SEI nº 2374264): manifestação interna
		<i>outubro</i>	Nota Técnica nº 32/2024/GMS/SDSI (SEI nº 2377429): manifestação interna
		<i>outubro</i>	Nota Técnica nº 17/2024/GAF/SOG (SEI nº 2377877): manifestação interna
		<i>dezembro</i>	Despacho SFC (SEI nº 2432025): manifestação interna
	2025	<i>janeiro</i>	Ordem de Serviço 31 (SEI nº 2441092): AR 2025-2028
Resultado	-		
Situação	Inserido na Agenda Regulatória Antaq 2025-2028		

ID 2.1 – Avaliação da pertinência de inserção de tipificação na RN-18 acerca da recusa na assunção da cobrança de sobre-estadia pelo transportador marítimo ou agente intermediário nas situações em que estes foram agente causador da prestação do serviço e restam inadimplentes

Processo	50300.006171/2022-50	
Responsável	Gerência de Regulação da Navegação – GRN	
Relatoria	Flávia Takafashi	
Descrição	Objetivo: Verificar a possibilidade de penalizar, na Resolução Antaq nº 62/2021, armadores que se negarem a absorver os custos frente aos terminais portuários de armazenagem adicional quando for o causador da prestação desse serviço. Problema regulatório: Falta de penalização do transportador marítimo ou agente intermediário quando forem o causador da cobrança de sobre-estadia.	
Resumo da execução	O tema foi desenvolvido de abril/2022 a março/2024 e resultou na edição de ato normativo.	
Documentos Relevantes	2022	Etapa 1 – Não iniciado
		Etapa 2 – Em estudos preliminares
		<i>abril</i> Tema iniciado em 11/04/2022, conforme a Ordem de Serviço nº 17/2022/GRN/SGR (SEI nº 1587655)
		<i>maio</i> Plano de Trabalho GRN (SEI nº 1600742)
		<i>maio</i> Nota Técnica nº 30/2022/GRN/SGR (SEI nº 1605823): estudos preliminares
		Etapa 3 – Em elaboração de AIR Preliminar
		<i>outubro</i> Relatório de AIR nº 3/2022 (SEI nº 1695443)
		Etapa 4 – Em deliberação do Colegiado para abertura de consulta pública
		<i>novembro</i> Acórdão nº 585-2022-Antaq (SEI nº 1770727): aprovação da proposta apresentada para submissão em consulta pública
		Etapa 5 – Em participação social / Etapa 6 – Em consulta pública
		<i>novembro</i> Aviso de Audiência Pública nº 10/2022 (SEI nº 1770957): período de 28/11/2022 a 11/01/2023
	2023	<i>fevereiro</i> Audiência Pública: modelo virtual realizada no dia 06/02/2023, conforme Deliberação DG Antaq nº 7/2023, alterada pela Deliberação DG Antaq nº 9/2023 (SEI nº 1822364 e 1828138)
		Processo retornou à fase de elaboração de AIR após as contribuições
		Etapa 3 – Em elaboração de AIR Preliminar
		<i>abril</i> Novo Relatório de AIR nº 5/2023 (SEI nº 1889476)
		Etapa 4 – Em deliberação do Colegiado para abertura de consulta pública
		<i>maio</i> Acórdão nº 217-2023-Antaq (SEI nº 1930308): reabriu, por 20 dias, o prazo da Audiência Pública nº 10/2022-Antaq para submissão do Relatório de AIR 5 (SEI nº 1889476) e da minuta de Resolução SGR (SEI nº 1921644)
		Etapa 5 – Em participação social / Etapa 6 – Em consulta pública
		<i>junho</i> Reabertura do período de consulta pública

	Etapa 7 – Em análise das contribuições da consulta pública e elaboração de AIR final	
	<i>agosto</i>	Relatório Técnico nº 10/2023/GRN/SRG (SEI nº 1971125): análise das contribuições da consulta pública
	Etapa 8 – Em análise jurídica	
	<i>outubro</i>	Parecer Jurídico nº 00077/2023 (SEI nº 2050069)
	<i>novembro</i>	Despacho SRG (SEI nº 2079677): instrução técnica finalizada
	Etapa 8 – Em deliberação final do Colegiado	
	2024	<i>março</i> Acórdão nº 94-2024-Antaq (SEI nº 2183164): aprovação da Resolução Antaq nº 112, de 12 de março de 2024
	Etapa 9 - Concluído	
Resultado	<u>Resolução Antaq nº 112, de 12 de março de 2024</u> Estabelece critérios para identificação do agente responsável pela armazenagem adicional de carga nas instalações portuárias, de acordo com o previsto no artigo 6º da Resolução ANTAQ nº 72, de 30 de março de 2022; altera a Resolução ANTAQ nº 62, de 29 de novembro de 2021 e a Resolução ANTAQ nº 75, de 02 de junho de 2022	
Situação	Concluído	

ID 2.2 – Flexibilização das regras de afretamento a respeito de compartilhamento de embarcação afretada por mais de 1 (um) afretador e de cessão de tonelagem entre EBNs e não-EBNs

Processo	50300.001825/2023-30	
Responsável	Gerência de Regulação da Navegação – GRN	
Relatoria	Wilson Lima Filho	
Descrição	<p>Objetivo: Verificar a possibilidade de flexibilizar o compartilhamento de embarcação por mais de um afretador, bem como flexibilizar a cessão de tonelagem entre EBNs e não-EBNs.</p> <p>Problema regulatório: Necessidade de avaliar as demandas do mercado e sua compatibilidade com a política pública vigente para o setor, sobre (i) possíveis ganhos logísticos e operacionais pela possibilidade de compartilhamento de afretamento por mais de 1 (uma) EBN, seja ela do mesmo grupo econômico ou não; e (ii) a possibilidade de que não EBNs proprietárias de embarcações possam ceder a tonelagem destas outras EBNs, sejam do mesmo grupo econômico ou não.</p>	
Resumo da execução	<p>O tema foi desenvolvido de abril/2023 a abril/2024 e resultou na conclusão sem edição de ato normativo, para aprimoramento da matéria no âmbito dos Processos nº 50300.014579/2019-08, 50300.011176/2021-13 e 50300.011174/2021-24.</p>	
Documentos Relevantes	2022	Etapa 1 – Não iniciado
	2023	Etapa 2 – Em estudos preliminares
		<i>fevereiro</i> Tema iniciado conforme a Ordem de Serviço nº 19/2023/GRN/SRG (SEI nº 1834463)
		<i>março</i> Nota Técnica nº 39/2023/GRN/SRG (SEI nº 1873622): estudos preliminares
	2024	<i>dezembro</i> Despacho SRG (SEI nº 2109552): encaminhou à Diretoria Colegiada sugestão de exclusão do tema, consoante o Relatório Técnico nº 8/2023/GRN/SRG (SEI nº 1938794)
		<i>abril</i> Acórdão nº 211-2024-Antaq (SEI nº 2205834) considerou o tema concluído, por estar sendo tratado nos processos nº 50300.014579/2019-08 e nº 50300.014121/2019-41
	Etapa 9 - Concluído	
Resultado	Conclusão sem edição de ato normativo	
Situação	Concluído	

ID 2.3 – Inovações decorrentes da Lei nº 14.301/22: Definição dos critérios para enquadramento da embarcação como efetivamente operante e pertencente a um grupo econômico

Processo	50300.000151/2022-75	
Responsável	Gerência de Regulação da Navegação – GRN	
Relatoria	Adalberto Tokarski / José Renato Fialho	
Descrição	<p>Objetivo: Regular assuntos relacionados à navegação de cabotagem, considerando as inovações trazidas pela Lei nº 14.301/2022, sobre conceitos de embarcação efetivamente operante e pertencente a um grupo econômico.</p> <p>Problema regulatório: Necessidade de revisar atos normativos da Antaq, em face da Lei nº 14.301/2022, que instituiu o Programa de Estímulo ao Transportador por Cabotagem (BR do Mar).</p>	
Resumo da execução	O tema foi desenvolvido de janeiro/2022 a setembro/2022 e resultou na edição de ato normativo.	
Documentos Relevantes	2022	Etapa 1 – Não iniciado
		Etapa 2 – Em estudos preliminares
		<i>janeiro</i> Tema iniciado em 05/01/2022, conforme a Ordem de Serviço nº 1/2022/GRM/SRG (SEI nº 1511926)
		<i>janeiro</i> Nota Técnica nº 5/2022/GRM/SRG (SEI nº 1520093): estudos preliminares e proposição regulatória
		Etapa 4 – Em deliberação do Colegiado para abertura de consulta pública
		<i>fevereiro</i> Acórdão Antaq nº 80/2022 (SEI nº 1533225): aprovação da proposta para submissão em consulta pública. AIR dispensada.
		Etapa 5 – Em participação social / Etapa 6 – Em consulta pública
		<i>fevereiro</i> Aviso de Audiência Pública nº 4/2022 (SEI nº 1534116): período de 21/02/2022 a 14/03/2022
		<i>março</i> Audiência Pública: modelo virtual realizada no dia 03/03/2022
		Etapa 7 – Em análise das contribuições da consulta pública e elaboração de AIR final
		<i>março</i> Nota Técnica nº 22/2022/GRM/SRG (SEI nº 1568207): análise das contribuições da consulta pública
		<i>maio</i> Nota Técnica nº 34/GRN/SRG (SEI nº 1612073)
		<i>maio</i> Despacho SRG (SEI nº 1615146): instrução técnica finalizada
		Etapa 9 – Em deliberação do Colegiado do AIR final e proposta de regulação
		<i>setembro</i> Acórdão Antaq nº 494/2022 (SEI nº 1712733): aprovação da Resolução Antaq nº 86, de 9 de setembro de 2022
		Etapa 10 - Concluído
Resultado	<p><u>Resolução Antaq nº 86, de 9 de setembro de 2022</u></p> <p>Estabelece os critérios para o enquadramento da embarcação como efetivamente operante e pertencente a um mesmo grupo econômico, nos termos do art. 14 da <u>Lei nº 14.301, de 6 de janeiro de 2022</u>.</p>	
Situação	Concluído	

ID 2.4 – Desenvolver metodologia para determinar abusividade na cobrança de sobre-estadia de contêineres

Processo	50300.010899/2020-14		
Responsável	Gerência de Regulação da Navegação – GRN		
Relatoria	Adalberto Tokarski / José Renato Fialho		
Descrição	Objetivo: Desenvolver metodologia para a instrução técnica de processos relativos a reclamações dos usuários sobre valores cobrados a título de sobre-estadia de contêineres, buscando parâmetros para a diminuição de litígios sobre a questão. Problema regulatório: Possível abusividade na cobrança de sobre-estadia de contêineres por parte dos transportadores.		
Resumo da Execução	O tema estava em desenvolvimento no âmbito da Agenda Regulatória Antaq 2020-2021. No novo ciclo regulatório, foi desenvolvido de janeiro/2022 a março/2023 e foi concluído sem edição de ato normativo.		
Documentos Relevantes	2020	Etapa 1 – Não iniciado	
		Etapa 2 – Em estudos preliminares	
		<i>junho</i>	Tema iniciado em 21/06/2020 no âmbito da Agenda Regulatória 2020-2021, conforme a Ordem de Serviço nº 115/2020/GRM/SRG (SEI nº 1066459)
		<i>julho</i>	Plano de Trabalho GRM (SEI nº 1079630)
		<i>setembro</i>	Nota Técnica nº 129/2020/GRM/SRG (SEI nº 1128179)
		<i>setembro outubro</i>	Aviso de Tomada de Subsídios nº 3/2020: período de 21/09/2020 a 03/11/2020 (SEI nº 1137632 e 1165609)
	2021	Etapa 3 – Em elaboração de AIR Preliminar	
		<i>janeiro</i>	Relatório de AIR nº 3/2021 (SEI nº 1205193)
		Etapa 4 – Em deliberação do Colegiado para abertura de consulta pública	
		<i>junho</i>	Acórdão Antaq nº 270/2021 (SEI nº 1338727): aprovação da proposta apresentada para submissão em consulta pública
		Etapa 5 – Em participação social / Etapa 6 – Em consulta pública	
		<i>junho julho</i>	Aviso de Audiência Pública nº 13/2021 (SEI nº 1339586): período de 14/06/2021 a 28/07/2021
		<i>julho</i>	Audiência Pública: modelo virtual realizada no dia 22/07/2021, conforme Deliberação DG Antaq nº 162/2021 (SEI nº 1369963)
		Etapa 7 – Em análise das contribuições da consulta pública e elaboração de AIR final	
		<i>agosto</i>	Nota Técnica nº 63/2021/GRM/SRG (SEI nº 1398881): análise das contribuições da consulta pública
		<i>setembro</i>	Relatório de AIR nº 2/2021 (SEI nº 1412533)
		Etapa 8 – Em análise jurídica	
		<i>outubro</i>	Parecer Jurídico nº 00074/2021 (SEI nº 1443751)
		Etapa 9 – Em deliberação do Colegiado do AIR final e proposta de regulação	
		<i>novembro</i>	Despacho D2 (SEI nº 1480385): diligências

	2022	abril	Nota Técnica nº 15/2022/GRN/SRG (SEI nº 1585574)
		abril	Relatório Técnico nº 2/2022/GRN/SRG (SEI nº 1585605)
		maio	Despacho SRG (SEI nº 1601640): instrução técnica finalizada
	2023	março	Acórdão Antaq nº 120/2023 (SEI nº 1881112): conclusão do tema sem necessidade de intervenção regulatória, após não ter sido demonstrada a existência de falha de mercado decorrente da prática de preços abusivos na cobrança de sobre-estadia de contêineres
		Etapa 10 - Concluído	
Resultado	Conclusão sem edição de ato normativo		
Situação	Concluído		

ID 2.5 – Inovações decorrentes da Lei nº 14.301/22: Adequações e atualizações na Resolução Normativa Antaq nº 01/2015

Processo	50300.011176/2021-13	
Responsável	Gerência de Regulação da Navegação – GRN	
Relatoria	Flávia Takafashi	
Descrição	<p>Objetivo: Regulamentar e revisar assuntos relacionados à navegação de cabotagem, considerando as diversas inovações trazidas pela Lei nº 14.301/2022, no âmbito da Resolução Normativa Antaq nº 01/2015.</p> <p>Problema regulatório: Necessidade de regulamentar e revisar atos normativos da Antaq, tendo em vista a criação da Lei nº 14.301/2022 que instituiu o Programa de Estímulo ao Transportador por Cabotagem (BR do Mar), alterou a política pública e alguns marcos regulatórios da navegação de cabotagem.</p>	
Resumo da Execução	<p>O processo foi iniciado em junho/2021, no âmbito 5ª etapa da Revisão e Consolidação de Atos Normativos em atendimento ao Decreto nº 10.139/2020 - pertinência temática "Afretamento na Navegação".</p> <p>Com o advento da Lei nº 14.301/2022 (BR do Mar), a análise técnica foi retomada para contemplar aspectos formais de atualização ao novo regramento.</p> <p>Em setembro/2022, o Acórdão nº 487-2022-Antaq (SEI nº 1711999) determinou a promoção das alterações de mérito advindas da Lei nº 14.301/2022 e demais regulamentações decorrentes, adicionalmente aos trabalhos de consolidação normativa.</p> <p>O processo foi sobrestado diante da expectativa de publicação do decreto regulamentador da Lei nº 14.301/22 - o que não se concretizou -, e foi retomado no âmbito da Agenda Regulatória 2022-2024.</p> <p>No novo ciclo regulatório, o tema foi iniciado em julho/2023 e se encontra em deliberação final do colegiado, com previsão de conclusão no início de 2025.</p>	
Documentos Relevantes	2022	Etapa 1 – Não iniciado
		Etapa 2 – Em estudos preliminares
	2023	<i>julho</i> Tema iniciado em 14/07/2023, conforme a Ordem de Serviço nº 181/2023/GRN/SRG (SEI nº 1979432)
		<i>novembro</i> Nota Técnica nº 110/2023/GRN/SRG (SEI nº 1979633): estudos preliminares e proposição regulatória
		<i>novembro</i> Nota Técnica 564/2023/GOA/SOG (SEI nº 2102378): manifestação interna
		<i>dezembro</i> Despacho SFC (SEI nº 2121080): manifestação interna
	2024	Etapa 3 – Em consulta interna de outras setoriais
		<i>março</i> Nota Técnica nº 40/2024/GRN/SRG (SEI nº 2172933): análise das contribuições das setoriais internas – DISPENSA DE AIR
		<i>abril</i> Despacho SOG (SEI nº 2201805): nova manifestação interna
		Etapa 4 – Em deliberação do colegiado para participação social
		<i>junho</i> Despacho AST-D1 (SEI nº 2277819): diligências
		<i>julho</i> Parecer Jurídico n. 00041/2024/PFANTAQ/PGF/AGU (SEI nº 2290215)

	<i>agosto</i>	Nota Técnica nº 134/2024/GRN/SRG (SEI nº 2298326)
	<i>agosto</i>	Acórdão ANTAQ nº 515/2024 (SEI nº 2325260): aprovação da proposta apresentada para submissão em consulta pública
	Etapa 5 – Em participação social	
	<i>setembro outubro</i>	Aviso de Audiência Pública nº 11/2024 (SEI nº 2325288): período de 09/09/2024 a 23/10/2024
	<i>outubro</i>	Audiência Pública: modelo virtual realizada no dia 09/10/2024, conforme Deliberação DG ANTAQ nº 80/2024 (SEI nº 2348257)
	Etapa 6 – Em análise das contribuições da participação social / Etapa 7 – Em análise técnica final	
	<i>novembro</i>	Relatório Técnico nº 20/2024/GRN/SRG (SEI nº 2398599): análise das contribuições da consulta pública
	<i>dezembro</i>	Despacho SRG (SEI nº 2414454): instrução técnica finalizada
	Etapa 8 – Em deliberação final do colegiado	
	Resultado	-
Situação	Em andamento (previsão de conclusão no início de 2025)	

ID 2.6 – Inovações decorrentes da Lei nº 14.301/22: Adequações e atualizações na Resolução Normativa Antaq nº 05/2016

Processo	50300.011174/2021-24	
Responsável	Gerência de Regulação da Navegação – GRN	
Relatoria	Wilson Lima Filho	
Descrição	<p>Objetivo: Regulamentar e revisar assuntos relacionados à navegação de cabotagem, considerando as inovações trazidas pela Lei nº 14.301/2022, no âmbito da Resolução Normativa Antaq nº 05/2016.</p> <p>Problema regulatório: Necessidade de regulamentar e revisar atos normativos da Antaq, tendo em vista a criação da Lei nº 14.301/2022 que instituiu o Programa de Estímulo ao Transportador por Cabotagem (BR do Mar), alterou a política pública e alguns marcos regulatórios da navegação de cabotagem.</p>	
Resumo da Execução	<p>O processo foi iniciado em junho/2021, no âmbito 5ª etapa da Revisão e Consolidação de Atos Normativos em atendimento ao Decreto nº 10.139/2020 - pertinência temática "Outorga para operar na navegação marítima e de apoio". Com o advento da Lei nº 14.301/2022 (BR do Mar), a análise técnica foi retomada para contemplar aspectos formais de atualização ao novo regramento.</p> <p>Em setembro/2022, o Acórdão nº 500-2022-Antaq (SEI nº 1714687) determinou a promoção das alterações de mérito advindas da Lei nº 14.301/2022 e demais regulamentações decorrentes, adicionalmente aos trabalhos de consolidação normativa.</p> <p>O processo foi sobrestado diante da expectativa de publicação do decreto regulamentador da Lei nº 14.301/22 - o que não se concretizou -, foi retomado no âmbito da Agenda Regulatória 2022-2024.</p> <p>No novo ciclo regulatório, o tema foi iniciado em julho/2023 e se encontra em análise das contribuições da participação social, com previsão de conclusão em 2025.</p>	
Documentos Relevantes	2022	Etapa 1 – Não iniciado
		Etapa 2 – Em estudos preliminares
	2023	<i>julho</i> Tema iniciado em 14/07/2023, conforme a Ordem de Serviço nº 182/2023/GRN/SRG (SEI nº 1979446)
		<i>novembro</i> Nota Técnica nº 114/2023/GRN/SRG (SEI nº 1985375): estudos preliminares e proposição regulatória
		Etapa 3 – Em consulta interna de outras setoriais
		<i>novembro</i> Despacho SRG (SEI nº 2078454): consulta interna
	2024	<i>dezembro</i> Despacho SFC (SEI nº 2121081): manifestação interna
		<i>fevereiro</i> Despacho SOG (SEI nº 2144867): manifestação interna
		<i>março</i> Nota Técnica nº 18/2024/GRN/SRG (SEI nº 2154373): análise das contribuições das setoriais internas – DISPENSA DE AIR
		<i>abril</i> Nota Técnica nº 170/2024/GOA/SOG (SEI nº 2219029): manifestação interna
		<i>abril</i> Despacho GAF (SEI nº 2219451): manifestação interna

	<i>junho</i>	Nota Técnica nº 97/2024/GRN/SRG (SEI nº 2237889): análise das contribuições finais da GOA e GAF
	Etapa 4 – Em deliberação do colegiado para participação social	
	<i>outubro</i>	Acórdão Antaq nº 599/2024 (SEI nº 2362510): aprovação da proposta apresentada para submissão em consulta pública
	Etapa 5 – Em participação social	
	<i>outubro dezembro</i>	Aviso de Audiência Pública nº 14/2024 (SEI nº 2362847): período de 21/10/2024 a 04/12/2024
	<i>novembro</i>	Audiência Pública: modelo virtual realizada no dia 19/11/2024, conforme Deliberação DG Antaq nº 102/2024 (SEI nº 2396803)
	Etapa 6 – Em análise das contribuições da participação social	
	<i>dezembro</i>	Nota Técnica nº 225/2024/GRN/SRG (SEI nº 2421769): análise das contribuições da consulta pública
Resultado	-	
Situação	Em andamento (previsão de conclusão em 2025)	

ID 2.7 – Inovações decorrentes da Lei nº 14.301/22: Adequações e atualizações na Resolução Antaq nº 62/2021

Processo	50301.001515/2014-14		
Responsável	Gerência de Regulação da Navegação – GRN		
Relatoria	Alexandre Lopes		
Descrição	<p>Objetivo: Regular assuntos relacionados à navegação de cabotagem, considerando as inovações trazidas pela Lei nº 14.301/2022, no âmbito da Resolução Antaq nº 62/2021.</p> <p>Problema regulatório: Necessidade de revisar atos normativos da Antaq, em face da Lei nº 14.301/2022, que instituiu o Programa de Estímulo ao Transportador por Cabotagem (BR do Mar).</p>		
Resumo da Execução	<p>O processo foi originado em 2016, para elaboração de norma sobre a fiscalização das empresas brasileiras de navegação, dos transportadores marítimos e dos agentes intermediários; e resultou na edição da Resolução Antaq nº 62/2021.</p> <p>A revisão da norma foi inserida na Agenda Regulatória 2022-2024 e o tema foi desenvolvido fevereiro/2022 a dezembro/2022, com edição de ato normativo.</p>		
Documentos Relevantes	2022	Etapa 1 – Não iniciado	
		Etapa 2 – Em estudos preliminares	
		fevereiro	Tema iniciado em 15/02/2022, conforme a Ordem de Serviço nº 21/2022/GRM/SRG (SEI nº 1541529), no processo que aprovou a Resolução Antaq nº 62/2021
		maio	Nota Técnica nº 6/2022/GRN/SRG (SEI nº 1580245): estudos preliminares e proposição regulatória
		agosto	Ordem de Serviço nº 145/2022/GRN/SRG (SEI nº 1692207): solicitação de análise da pertinência da supressão da suspensão consignada no art. 42 da Resolução Antaq nº 62/2021, após decisão judicial
		agosto	Nota Técnica nº 95/2022/GRN/SRG (SEI nº 1692221)
		agosto	Despacho SRG (SEI nº 1692977): instrução técnica finalizada AIR e consulta pública dispensadas: as alterações propostas se restringiram a incorporar conceito de norma legal hierarquicamente superior
		Etapa 9 – Em deliberação do Colegiado do AIR final e proposta de regulação	
		dezembro	Acórdão Antaq nº 640/2022 (SEI nº 1790244): aprovação da Resolução Antaq nº 89, de 12 de dezembro de 2022
		Etapa 10 – Concluído	
Resultado	<p><u>Resolução Antaq nº 89, de 12 de dezembro de 2022</u></p> <p>Altera a norma constante da Resolução ANTAQ nº 62, de 30 de novembro de 2021, que estabelece as regras sobre os direitos e deveres dos usuários, dos agentes intermediários e das empresas que operam nas navegações de apoio marítimo, apoio portuário, cabotagem e longo curso, e estabelece infrações administrativas.</p>		
Situação	Concluído		

ID 2.8 – Adequação dos critérios de afretamento por tempo na navegação de cabotagem, em decorrência das alterações na Lei nº 9.432/97, introduzidas pela Lei nº 14.301/22.

Processo	50300.006613/2024-20		
Responsável	Gerência de Regulação da Navegação – GRN		
Relatoria	Flávia Takafashi		
Descrição	<p>Objetivo: Avaliar possíveis aperfeiçoamentos na Resolução Normativa Antaq nº 01/2015, de modo a promover aderência à legislação e garantir o cumprimento da política pública.</p> <p>Problema regulatório: Possível falta de aderência entre a política pública de navegação marítima e os comandos da Resolução Normativa Antaq nº 01/2015.</p>		
Resumo da Execução	O tema foi iniciado em abril/2024 e foi inserido na Agenda Regulatória 2025-2028 para continuidade.		
Documentos Relevantes	2024	Etapa 1 – Não iniciado	
		Etapa 2 – Em estudos preliminares	
		abril	Tema iniciado em 05/04/2024, conforme a Ordem de Serviço nº 67/2024/GRN/SRG (SEI nº 2205866)
		maio	Plano de Trabalho GRN (SEI nº 2224679)
		maio	Nota Técnica nº 77/2024/GRN/SRG (SEI nº 2224703): caracterização e instrução inicial do objeto
		junho	Ordem de Serviço nº 9/2024/SRG (SEI nº 2255980): criação de Grupo de Trabalho para elaboração de AIR
		agosto	Despacho D1 (SEI nº 2324539): solicitação de inclusão da Navegação de Apoio Marítimo no escopo do Plano de Trabalho
		dezembro	Ordem de Serviço nº 257/2024/SRG (SEI nº 2416844): para continuidade à elaboração do relatório preliminar de AIR
	2025	janeiro	Plano de Trabalho GRN (SEI nº 2443980): AR 2025-2028
Resultado	-		
Situação	Inserido na Agenda Regulatória Antaq 2025-2028		

ID 2.9 – Revisão e aprimoramento dos procedimentos de consulta ao mercado da disponibilidade de embarcação brasileira, com vistas ao afretamento de embarcações estrangeiras para operar na navegação marítima

Processo	50300.003395/2024-71		
Responsável	Gerência de Regulação da Navegação – GRN		
Relatoria	Flávia Takafashi		
Descrição	<p>Objetivo: Avaliar possíveis adequações de critérios de circularização contidos no normativo, tais como bloqueio parcial, melhor especificação das cargas transportadas, descrição dos terminais portuários utilizados, dentre outros.</p> <p>Problema regulatório: Possível necessidade de atualização dos critérios de circularização contidos na Resolução Normativa Antaq nº 01/2015 para aprimorar o procedimento de consulta de disponibilidade de embarcações de bandeira brasileira.</p>		
Resumo da Execução	O tema foi iniciado em março/2024 e foi inserido na Agenda Regulatória 2025-2028 para continuidade.		
Documentos Relevantes	2024	Etapa 1 – Não iniciado	
		Etapa 2 – Em estudos preliminares	
		<i>março</i>	Tema iniciado em 06/03/2024, conforme a Ordem de Serviço nº 43/2024/GRN/SRG (SEI nº 2179493)
		<i>abril</i>	Plano de Trabalho GRN (SEI nº 2202458)
		<i>abril</i>	Nota Técnica nº 57/2024/GRN/SRG (SEI nº 2202461): caracterização e instrução inicial do objeto
		<i>abril</i>	Ordem de Serviço nº 5/2024/SRG (SEI nº 2213356): criação de Grupo de Trabalho para elaboração de AIR
	2025	<i>janeiro</i>	Ordem de Serviço nº 217/2024/GRN/SRG (SEI nº 2370707): para elaboração do relatório preliminar de AIR Plano de Trabalho GRN (SEI nº 2443355): AR 2025-2028
Resultado	-		
Situação	Inserido na Agenda Regulatória Antaq 2025-2028		

ID 3.1 – Inovações decorrentes da Lei nº 14.047/2020

Processo	50300.009303/2022-03	
Responsável	Gerência de Regulação Portuária – GRP	
Relatoria	José Renato Fialho / Wilson Lima Filho	
Descrição	<p>Objetivo: Regulamentar assuntos relacionados às inovações trazidas pela Lei nº 14.047/2020, em três eixos: I - análise da viabilidade de novas formas de ocupação e exploração de instalações portuárias não previstas na legislação específica, com base na competência delegada à Antaq; II – procedimento simplificado para celebração de contrato de uso temporário; e III – internalização da distinção entre o arrendamento portuário e a concessão portuária.</p> <p>Problema regulatório: Necessidade de regulamentar o uso dos bens da União para mitigar problemas de competição imperfeita e para otimizar a eficiência.</p>	
Resumo da execução	O tema foi iniciado em maio/2022 e se encontra em deliberação final do colegiado, com previsão de conclusão para o início de 2025.	
Documentos Relevantes	2022	Etapa 1 – Não iniciado
		Etapa 2 – Em estudos preliminares
		<i>maio</i> Tema iniciado em 30/05/2022, conforme a Ordem de Serviço nº 113/2022/GRP/SRG (SEI nº 1626909)
		<i>junho</i> Plano de Trabalho GRP (SEI nº 1626938)
		<i>dezembro</i> Nota Técnica para Proposição de Ato Normativo nº 2/2022/GRP/SRG (SEI nº 1629084): estudos preliminares
		Etapa 3 - Em elaboração de AIR preliminar
	2023	<i>dezembro</i> Relatório de AIR nº 2/2022 (SEI nº 1629102)
		Etapa 4 - Em deliberação do Colegiado para abertura de consulta pública
		<i>abril</i> Despacho D2 (SEI nº 1903136): diligências
		<i>maio</i> Despacho SOG (SEI nº 1925642): manifestação interna
		<i>maio</i> Despacho SFC (SEI nº 1927243): manifestação interna
	2024	<i>fevereiro</i> Acórdão Antaq nº 20/2024 (SEI nº 2153417): aprovação da proposta apresentada para submissão em consulta pública
		Etapa 5 - Em participação social
		<i>fevereiro</i> Aviso de Audiência Pública nº 2/2024 (SEI nº 2154452): período de 20/02/2024 a 04/04/2024
		<i>março</i> Audiência Pública: modelo virtual realizada no dia 14/03/2024
		Etapa 6 - Em análise das contribuições da participação social
		<i>junho</i> Relatório 1/2024/GRP/SRG (SEI nº 2230808): análise das contribuições da consulta pública
		Etapa 7 - Em análise técnica final
		<i>junho</i> Nota Técnica para Proposição de Ato Normativo nº 3/2024/GRP/SRG (SEI nº 2233924): análise técnica final
		<i>agosto</i> Despacho SRG (SEI nº 2280386): instrução técnica finalizada
		Etapa 8 – Em deliberação final do colegiado
Resultado	-	
Situação	Em andamento (previsão de conclusão no início de 2025)	

ID 3.2 – Inspeção Não Invasiva de Contêineres – INI

Processo	50300.016365/2020-00		
Responsável	Gerência de Regulação Portuária – GRP		
Relatoria	José Renato Fialho / Wilson Lima Filho		
Descrição	Objetivo: Averiguar a necessidade de regulação relativa aos serviços de inspeção não invasiva de contêineres, bem como os custos regulatórios associados às possíveis alternativas de intervenção, conforme Resolução Antaq nº 72/2022. Problema regulatório: Necessidade de indicar o modelo de avaliação de cobrança dos serviços de "Inspeção Não Invasiva de Contêineres" (também conhecido como escaneamento de contêineres) e respectivas metodologias que apresentem o melhor resultado líquido em termos de benefícios socioeconômicos, observado o arcabouço legal sobre a matéria.		
Resumo da execução	O tema foi iniciado em março/2023 e se encontra em análise das contribuições da participação social.		
Documentos Relevantes	2022	Etapa 1 – Não iniciado	
	2023	Etapa 2 – Em estudos preliminares	
		março	Tema iniciado em 06/03/2023, conforme a Ordem de Serviço nº 60/2023/GRP/SRG (SEI nº 1857555)
		março	Plano de Trabalho GRP (SEI nº 1863540)
		Etapa 3 - Em elaboração de AIR preliminar	
		setembro	Relatório de AIR nº 6/2023 (SEI nº 2024664)
		setembro	Despacho SRG (SEI nº 2027263): instrução técnica preliminar
	Etapa 4 - Em deliberação do Colegiado para abertura de consulta pública		
	2024	outubro	Acórdão Antaq nº 602/2024 (SEI nº 2362516): aprovação para submissão em consulta pública
		Etapa 5 - Em participação social	
outubro		Aviso de Audiência Pública nº 15/2024 (SEI nº 2362921): período de 21/10/2024 a 02/02/2024 (Audiência prorrogada pela Deliberação-DG Antaq nº 109/2024)	
2025	janeiro	Audiência Pública: modelo virtual marcada para 21/01/2025, conforme Deliberação DG Antaq nº 118/2024 (SEI nº 2431890)	
	Etapa 6 - Em análise das contribuições da participação social		
Resultado	-		
Situação	Em andamento (previsão de conclusão em 2025)		

ID 3.3 – Regulamentação do parágrafo único do art. 9º da Resolução Normativa nº 34-Antaq, de 2019

Processo	50300.008713/2020-67		
Responsável	Gerência de Regulação Portuária – GRP		
Relatoria	Eduardo Nery		
Descrição	Objetivo: Definição de critérios da análise de abusividade associado ao Serviço de Segregação e Entrega (SSE) nas instalações portuárias. Problema regulatório: Identificação das falhas de mercado, como a presença de competição imperfeita, poder de mercado e externalidades.		
Resumo da execução	O processo foi iniciado em 2020, para dar continuidade à avaliação da criação de franquia, bem como do preço-teto para o Serviço de Segregação e Entrega (SSE), em atendimento do Acórdão nº 59-2020-Antaq (SEI nº 1036973). O processo foi incluído na Agenda Regulatória Antaq 2022-2024 pelo Acórdão nº 105-2022-Antaq (SEI nº 1534616) e foi posteriormente suspenso pelo Acórdão nº 409-2022-Antaq (SEI nº 1680598). Em 2024, o tema foi definitivamente excluído pelo Acórdão nº 40-2024-Antaq (SEI nº 2156351).		
Documentos Relevantes	2020	maio	Relatório de AIR nº 2/2020 (SEI nº 1038608)
		dezembro	Acórdão Antaq nº 232/2020 (SEI nº 1198153): elaboração de novo AIR com abertura de consulta pública prévia
	2021	março abril	Aviso de Audiência Pública nº 8/2021 (SEI nº 1249224): período de 01/03/2021 a 14/04/2021
		setembro	Relatório nº 5/2021/GRP/SGR (SEI nº 1412334): análise das contribuições da consulta pública
		setembro	Relatório de AIR nº 11/2021 (SEI nº 1412342)
		setembro	Nota Técnica para Proposição de Ato Normativo nº 20/2021/GRP/SGR (SEI nº 1412344)
		novembro	Parecer Jurídico nº 00080/2021 (SEI nº 1468415)
	2022	fevereiro	Acórdão nº 105-2022-Antaq (SEI nº 1534616): inserção do tema na AR 2022-2024
		Etapa 4 - Em deliberação do Colegiado para abertura de consulta pública	
		maio	Acórdão Antaq nº 328/2022 (SEI nº 1626598): aprovação da proposta, com alterações, para submissão em consulta pública
		Etapa 5 – Em participação social / Etapa 6 – Em consulta pública	
		junho	Aviso de Audiência Pública nº 7/2022 (SEI nº 1639222): período de 23/06/2022 a 06/08/2022
		agosto	Acórdão nº 409-2022-Antaq (SEI nº 1680598): suspensão da Audiência Pública nº 7/2022, em decorrência do Acórdão nº 1.448/2022-TCU-Plenário (aventou desvio de finalidade da regulamentação sobre a possibilidade de cobrança de SSE)
2023	-		
2024	fevereiro	Acórdão nº 40-2024-Antaq (SEI nº 2156351): exclusão do tema	
Resultado	-		
Situação	Excluído		

ID 3.4 – Sistematizar mecanismo de análise e apuração de possíveis abusividades relacionadas com cobrança de THC de usuários, por parte dos armadores que atracam em instalações portuárias brasileiras

Processo	50300.002251/2019-31	
Responsável	Gerência de Regulação da Navegação – GRN e Gerência de Regulação Portuária – GRP	
Relatoria	Flávia Takafashi	
Descrição	<p>Objetivo: Verificar de maneira sistematizada possíveis abusividades práticas em relação aos valores de THC dispendidos pelos usuários e os valores pagos pelos armadores aos operadores portuários brasileiros, estabelecendo metodologia de análise, sistematização de coleta de medidas sancionatórias e regulatórios.</p> <p>Problema regulatório: Possíveis abusividades na cobrança de valores relativos ao THC cobrado do usuário por armadores.</p>	
Resumo da execução	O processo foi iniciado em 2019 e posteriormente incluído na Agenda Regulatória 2020-2021. No novo ciclo regulatório, o tema foi submetido a nova participação social e foi finalizado em junho/2023, com a edição de dois atos normativos.	
Documentos Relevantes	2020	Etapa 1 – Não iniciado
		Etapa 2 – Em estudos preliminares
		<i>junho</i> Tema iniciado em 21/06/2020, no âmbito da Agenda Regulatória 2020-2021, conforme a Ordem de Serviço nº 112/2020/GRM/SRG (SEI nº 1066456)
		<i>julho</i> Plano de Trabalho GRM (SEI nº 1080443)
		<i>setembro</i> Nota Técnica nº 130/2020/GRM/SRG (SEI nº 1133213): estudos preliminares;
		<i>outubro</i> <i>novembro</i> Aviso de Tomada de Subsídios nº 5/2020 (SEI nº 1150897 e 1175132): período de 07/10/2020 a 19/11/2020.
	2021	Etapa 3 - Em elaboração de AIR preliminar
		<i>março</i> Relatório de AIR nº 1/2021 (SEI nº 1237879)
		Etapa 4 - Em deliberação do Colegiado para abertura de consulta pública
		<i>maio</i> Acórdão Antaq nº 262/2021 (1328149): aprovação da proposta apresentada para submissão em consulta pública
		Etapa 5 – Em participação social / Etapa 6 – Em consulta pública
		<i>maio</i> <i>julho</i> Aviso de Audiência Pública nº 11/2021 (SEI nº 1328256 e 1374917): período de 31/05/2021 a 29/07/2021
		<i>julho</i> Audiência Pública: modelo virtual realizada no dia 1/07/2021, conforme Deliberação DG Antaq nº 148/2021 (SEI nº 1353301)
		Etapa 7 - Em análise das contribuições da consulta pública e elaboração de AIR final
		<i>outubro</i> Relatório Técnico nº 6/2021/GRM/SRG (SEI nº 1430162): análise das contribuições da consulta pública
		<i>outubro</i> Relatório de AIR nº 4/2021 (SEI nº 1430165)
		Etapa 8 - Em análise jurídica
		<i>outubro</i> Parecer Jurídico nº 00078/2021 (SEI nº 1451959)

		Etapa 9 - Em deliberação do Colegiado do AIR final e proposta de regulação	
	<i>outubro</i>	Despacho AST-D1 (SEI nº 1452617): diligências	
	<i>outubro</i>	Despacho SRG (SEI nº 1463422): instrução técnica finalizada	
	<i>fevereiro</i>	Acórdão Antaq nº 66/2022 (1532701): aprovação de nova submissão em consulta pública	
		Etapa 5 – Em participação social / Etapa 6 – Em consulta pública	
	<i>fevereiro</i> <i>maio</i>	Aviso de Audiência Pública nº 3/2022 (SEI nº 1532707 e 1606721): período de 21/02/2022 a 20/05/2022	
	<i>maio</i>	Audiência Pública: modelo virtual realizada no dia 17/05/2022, conforme Deliberação DG Antaq nº 77/2022 (SEI nº 1610749)	
	2022	Etapa 7 - Em análise das contribuições da consulta pública e elaboração de AIR final	
	<i>julho</i>	Relatório Técnico nº 5/2022/GRN/SRG (SEI nº 1647444): análise das contribuições da consulta pública	
	<i>julho</i>	Relatório de AIR 1 (SEI nº 1647437)	
	<i>novembro</i>	Nota Técnica nº 140/2022/GRN/SRG (SEI nº 1726438)	
	<i>dezembro</i>	Despacho SRG (SEI nº 1787453): instrução técnica finalizada	
		Etapa 8 - Em análise jurídica	
	<i>dezembro</i>	Parecer Jurídico nº 00033/2022 (SEI nº 1802706)	
	2023	Etapa 9 - Em deliberação do Colegiado do AIR final e proposta de regulação	
	<i>abril</i>	Acórdão Antaq nº 277/2023 (SEI nº 1954912): aprovação das Resoluções Antaq nº 100 e nº 101, de 19 de junho de 2023	
		Etapa 10 – Concluído	
Resultado	Resolução Antaq nº 100, de 19 de junho de 2023 Estabelece metodologia para determinar abusividade na cobrança da Taxa de Movimentação no Terminal Resolução Antaq nº 101, de 19 de junho de 2023 Estabelece instrumentos de aprimoramento de análise e fiscalização da cobrança da Taxa de Movimentação no Terminal e altera a Resolução ANTAQ nº 62, de 30 de novembro de 2021 e Resolução ANTAQ nº 72, de 30 de março de 2022		
Situação	Concluído		

ID 3.5 – Padronização das rubricas dos serviços básicos prestados pelos terminais de contêineres e definição de diretrizes acerca dos serviços inerentes, acessórios ou complementares

Processo	50300.014335/2019-17	
Responsável	Gerência de Regulação Portuária – GRP	
Relatoria	José Renato Fialho / Wilson Lima Filho	
Descrição	<p>Objetivo: Estudo e análise dos serviços básicos prestados pelos terminais de contêineres, com a padronização das tabelas de preços desses terminais, de forma a permitir a comparabilidade dos serviços executados e a definição de diretrizes acerca da prestação de serviços inerentes, acessórios ou complementares.</p> <p>Problema regulatório: Diversidade e divergência das tabelas de preços dos terminais portuários ligados à movimentação de contêineres; falhas de mercado por assimetria de informação entre usuários e fornecedores, competição imperfeita, poder de mercado e externalidades negativas na produção.</p>	
Resumo da execução	O processo foi iniciado no âmbito da Agenda Regulatória 2018-2019, posteriormente incluído na Agenda Regulatória 2020-2021. No novo ciclo regulatório o tema foi submetido a nova participação social e foi finalizado em novembro/2023, com a edição de ato normativo.	
Documentos Relevantes	2018	Etapa 1 – Não iniciado
	2019	Etapa 2 – Em estudos preliminares
		<i>agosto</i> Tema iniciado em 15/08/2019 no âmbito da Agenda Regulatória 2018-2019, conforme Despacho GRP (SEI nº 0837257)
	2020	<i>janeiro</i> Nota Técnica para Proposição de Ato Normativo nº 25/2019/GRP/SRG (SEI nº 0868354): estudos preliminares
		Etapa 3 - Em elaboração de AIR preliminar
		<i>janeiro</i> Relatório de AIR nº 01/2019 (SEI nº 0858704)
		<i>junho</i> Plano de Trabalho GRP (SEI nº 1072988): Agenda Regulatória 2021-2022
		<i>julho</i> Despacho SRG (SEI nº 1083957): instrução técnica preliminar
		Etapa 4 - Em deliberação do Colegiado para abertura de consulta pública
	2021	<i>fevereiro</i> Acórdão Antaq nº 35/2021 (SEI nº 1239313): aprovação da proposta apresentada para submissão em consulta pública
		Etapa 5 – Em participação social / Etapa 6 – Em consulta pública
		<i>fevereiro</i> Aviso de Audiência Pública nº 4/2021 (SEI nº 1239599): período de 15/02/2021 a 31/03/2021
		<i>março</i> Audiência Pública: modelo virtual realizada no dia 18/03/2021, conforme Deliberação DG Antaq nº 36/2021 (SEI nº 1261377)
		Etapa 7 - Em análise das contribuições da consulta pública e elaboração de AIR final
	2022	<i>abril</i> Relatório nº 13/2021/CAPA/SGE (SEI nº 1306202)
		<i>janeiro</i> Relatório nº 11/2021/GRP/SRG (SEI nº 1429302): análise das contribuições da consulta pública
		<i>janeiro</i> Relatório de AIR nº 14/2021 (SEI nº 1429240)

		janeiro	Nota Técnica para Proposição de Ato Normativo nº 21/2021/GRP/SRG (SEI nº 1429368)
		abril	Despacho SRG (SEI nº 1528182): instrução técnica preliminar
		Etapa 4 - Em deliberação do Colegiado para abertura de consulta pública	
		julho	Acórdão Antaq nº 386/2022 (SEI nº 1661404): aprovação de nova submissão em consulta pública
		Etapa 5 – Em participação social / Etapa 6 – Em consulta pública	
		julho setembro	Aviso de Audiência Pública nº 8/2022 (SEI nº 1661598 e 1710026): período de 18/07/2022 a 15/09/2022
		agosto	Audiência Pública: modelo virtual realizada no dia 26/08/2022, conforme Deliberação DG Antaq nº 114/2022 (SEI nº 1698198)
		Etapa 7 - Em análise das contribuições da consulta pública e elaboração de AIR final	
		setembro	Relatório nº 10/2022/CAPA/SGE (SEI nº 1724488)
	2023	Janeiro	Relatório nº 1/2023/GRP/SRG (SEI nº 1814851): análise das contribuições da consulta pública
		fevereiro	Nota Técnica para Proposição de Ato Normativo nº 1/2023/GRP/SRG (SEI nº 1814852)
		fevereiro	Relatório de AIR nº 1/2023 (SEI nº 1825714)
		Etapa 8 - Em análise jurídica	
		junho	Parecer Jurídico nº 00046/2023 (SEI nº 1952567)
		Etapa 9 - Em deliberação do Colegiado do AIR final e proposta de regulação	
		junho	Despacho D2 (SEI nº 1952899): diligências
		agosto	Despacho SRG (SEI nº 2000608): instrução técnica finalizada
		novembro	Acórdão Antaq nº 618/2023 (SEI nº 2090377): aprovação da Resolução Antaq nº 109, de 17 de novembro de 2023
	Etapa 10 – Concluído		
Resultado	<u>Resolução Antaq nº 109, de 17 de novembro de 2023</u> Dispõe sobre a estrutura de serviços prestados por operadores portuários e instalações portuárias que movimentam ou armazenam cargas containerizadas e a definição de diretrizes acerca dos serviços inerentes, acessórios ou complementares		
	Situação	Concluído	

ID 3.6 – Definição de critérios mínimos que orientem a contratação de seguro de responsabilidade civil e de acidentes pessoais para dar cobertura as suas responsabilidades como autoridade portuária e arrendatários (ou figuras análogas, tais como contrato de transição, uso temporário, cessão de uso), excluindo o seguro de operador portuário

Processo	50300.002198/2019-78	
Responsável	Gerência de Regulação Portuária – GRP	
Relatoria	Eduardo Nery	
Descrição	<p>Objetivo: Definir critérios para orientar a contratação de seguro de responsabilidade civil e de acidentes pessoais para dar cobertura às responsabilidades de autoridades portuárias e arrendatários (ou figuras análogas, tais como contrato de transição, uso temporário, cessão de uso), excluindo o seguro de operador portuário.</p> <p>Problema regulatório: Dificuldade de contratação de seguro de responsabilidade civil e de acidentes pessoais a fim de atender as exigências da Resolução Antaq nº 75/2022.</p>	
Resumo da execução	O processo foi iniciado no âmbito da Agenda Regulatória 2018-2019, posteriormente incluído na Agenda Regulatória 2020-2021. No novo ciclo regulatório o tema foi finalizado em junho/2023, com a edição de ato normativo.	
Documentos Relevantes	2018	Etapa 1 – Não iniciado
		Etapa 2 – Em estudos preliminares
	2019	<i>fevereiro</i> Tema iniciado em 12/02/2019 no âmbito da Agenda Regulatória 2018-2019, conforme Despacho GRP (SEI nº 0696596)
		<i>março</i> Plano de Trabalho GRP (SEI nº 0704946): Agenda Regulatória 2018-2019
		<i>setembro</i> Nota Técnica nº 136/2019/GRP/SRG (SEI nº 0746041): estudos preliminares
		<i>setembro</i> Formulário para Proposição de Ato Normativo (SEI nº 0749439)
	2020	<i>junho</i> Plano de Trabalho GRP (SEI nº 1068643): Agenda Regulatória 2020-2021
		Etapa 3 - Em elaboração de AIR preliminar
		<i>agosto</i> Ordem de Serviço nº 307 (SEI nº 1108987): execução do plano trabalho
	2021	<i>abril</i> Relatório de AIR nº 5/2021 (SEI nº 1289072)
		<i>abril</i> Nota Técnica nº 68/2021 (SEI nº 1289073)
		<i>julho</i> Parecer Jurídico nº 00055/2021 (SEI nº 1383205)
		<i>agosto</i> Despacho AST-DG (SEI nº 1415817): diligências
		<i>setembro</i> Ofício nº 512/2021/GABIN/SUSEP (SEI nº 1439076): manifestação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP

	2022	maio	Nota Técnica nº 230/2021, assinada em 17/05/2022 (SEI nº 1463236): reavaliação da opção regulatória
		maio	Despacho SRG (SEI nº 1617714): instrução técnica finalizada
	2023	Etapa 9 - Em deliberação do Colegiado do AIR final e proposta de regulação	
		junho	Acórdão Antaq nº 276/2023 (SEI nº 1954548): aprovação da Resolução Antaq nº 104, de 23 de junho de 2023 A submissão da proposta em audiência e consulta públicas foi DISPENSADA, posto que não houve incremento no custo regulatório aos regulados
		Etapa 10 – Concluído	
Resultado	Resolução Antaq nº 104, de 23 de junho de 2023 Altera a norma aprovada pela Resolução nº 75-ANTAQ, de 2 de junho de 2022, para dispor sobre a obrigatoriedade da contratação de seguros em instalações portuárias		
Situação	Concluído		

ID 3.7 – Atualização da Norma de Fiscalização Portuária

Processo	50300.009853/2022-14 50300.017497/2024-74		
Responsável	Gerência de Regulação Portuária – GRP		
Relatoria	Flávia Takafashi		
Descrição	<p>Objetivo: Revisar e consolidar a Resolução Antaq nº 75/2022, que dispõe sobre a fiscalização da prestação dos serviços portuários e estabelece infrações administrativas.</p> <p>Problema regulatório: Necessidade de contemplar as concessionárias no novo modelo de concessão de portos organizados submetidos a processo de desestatização.</p>		
Resumo da execução	<p>O tema foi iniciado em junho/2022, mas no decorrer do processo o escopo da revisão foi ampliado. Em setembro/2024, o tema foi apartado em dois processos distintos: (i) foi aberto o Processo nº 50300.017497/2024-74 para tratar exclusivamente as alterações necessárias para contemplar as concessionárias no novo modelo de concessão de portos organizados; e (ii) foi mantido o processo original para contemplar a revisão da Resolução Antaq nº 75/2022 em sentido amplo. Ambos os temas foram inseridos na Agenda Regulatória 2025-2028.</p>		
Documentos Relevantes	2022		Etapa 1 – Não iniciado
			Etapa 2 – Em estudos preliminares
		<i>junho</i>	Tema iniciado em 06/06/2022, conforme Ordem de Serviço nº 3/2022/SFC (SEI nº 1633438)
		<i>agosto</i>	Despacho SFC (SEI nº 1706795): instrução preliminar SFC
	2023	<i>setembro</i>	No âmbito da SRG, tema iniciado em 01/09/2022, consoante a Ordem de Serviço 204/2022/GRP/SRG (SEI nº 1709804)
		<i>março</i>	Nota Técnica para Proposição de Ato Normativo nº 6/2023/GRP/SRG (SEI nº 1881917)
		<i>março</i>	Despacho SRG (SEI nº 1882602): para manifestação da SFC
	2024	<i>maio</i>	Despacho SFC (SEI nº 1924550): para análise e elaboração de proposta
		<i>setembro</i>	Despacho SFC (SEI nº 2332895): instrução SFC finalizada
		<i>setembro</i>	Despachos GRP e SRG (SEI nº 2336049): decisão de apartar o tema em processos distintos
		<i>setembro</i>	Despacho GRP (SEI nº 2328141): abertura do Processo Sei nº 50300.017497/2024-74 para continuidade do tema
		<i>outubro</i>	Nota Técnica para Proposição de Ato Normativo nº 14/2024/GRP/SRG (SEI nº 2329822): análise técnica – DISPENSA DE AIR
		<i>novembro</i>	Despacho SRG (SEI nº 2392855): instrução técnica preliminar para participação social da proposta normativa
	Etapa 4 - Em deliberação do colegiado para participação social		
Resultado	-		
Situação	Inserido na Agenda Regulatória Antaq 2025-2028		

ID 3.8 – Revisão da Resolução Normativa Antaq nº 31, de 13 de abril de 2019, tratando da prestação de informações para a alimentação do Sistema de Acompanhamento de Preços Portuários (Módulo APP)

Processo	50300.001292/2021-24	
Responsável	Gerência de Regulação Portuária – GRP	
Relatoria	Alexandre Lopes / Wilson Lima Filho	
Descrição	Objetivo: Atualizar a Resolução Normativa nº 31/2019, para eliminação de ambiguidades, inclusão de previsões e esclarecimentos sobre a governança de dados. Problema regulatório: Necessidade de atualização do Regulador de forma estruturada sobre os dados de mercado do setor portuário.	
Resumo da execução	O tema foi desenvolvido de agosto/2022 a setembro/2024 e resultou na edição de ato normativo.	
Documentos Relevantes	2022	Etapa 1 – Não iniciado
		Etapa 2 – Em estudos preliminares
		<i>agosto</i> Tema iniciado em 18/08/2022, conforme Ordem de Serviço nº 18/2021/GRP/SRG (SEI nº 1234095)
		<i>setembro</i> Plano de Trabalho GRP (SEI nº 1234096)
		Etapa 3 - Em elaboração de AIR preliminar
		<i>dezembro</i> Relatório de AIR 5/2022 (SEI nº 1711448)
		<i>dezembro</i> Nota Técnica nº 6/2022 (SEI nº 1714217)
	2023	<i>fevereiro</i> Despacho SRG (SEI nº 1841572): instrução técnica preliminar
		Etapa 4 - Em deliberação do Colegiado para abertura de consulta pública
		<i>julho</i> Acórdão Antaq nº 361/2023 (SEI nº 1989754): aprovação de submissão em consulta pública
		Etapa 5 – Em participação social / Etapa 6 – Em consulta pública
		<i>agosto</i> Aviso de Audiência Pública nº 5/2023 (SEI nº 1990571): período de 14/08/2023 a 27/09/2023
		<i>setembro</i> Audiência Pública: modelo virtual realizada no dia 19/09/2023
	2024	Etapa 6 - Em análise das contribuições da participação social
		<i>fevereiro</i> Relatório nº 10/2023/GRP/SRG (SEI nº 2078078): análise das contribuições sociais
		<i>fevereiro</i> Nota Técnica nº 227/2023/GRP/SRG (SEI nº 2083986)
		<i>março</i> Despacho SRG (SEI nº 2171980): instrução técnica finalizada
		Etapa 8 - Em deliberação final do colegiado
		<i>abril</i> Despacho D2 (SEI nº 2203978): consulta jurídica
		<i>maio</i> Parecer n. 00027/2024/PFANTAQ/PGF/AGU (SEI nº 2229613)
		<i>setembro</i> Acórdão nº 583-2024-Antaq (SEI nº 2350944): aprovação da Resolução Antaq nº 118, de 24 de setembro de 2024
		Etapa 9 - Concluído
Resultado	<u>Resolução Antaq nº 118, de 24 de setembro de 2024</u> Estabelece a obrigatoriedade da prestação de informações para alimentação do Sistema de Acompanhamento de Preços Portuários (Módulo APP) da Antaq	
Situação	Concluído	

ID 3.9 – Aplicação da interpretação contábil ICPC 01 (R1) na contabilização de concessões de portos organizados

Processo	50300.007932/2023-71		
Responsável	Gerência de Regulação Portuária – GRP		
Relatoria	Wilson Lima Filho		
Descrição	Objetivo: Regulamentação da aplicação da interpretação contábil ICPC 01 (R1) na contabilização de concessões de serviços públicos portuários a entidades privadas. Problema regulatório: Determinação do Tribunal de Contas da União no Acórdão 2931/2021-TCU-Plenário, sobre a desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA, associada à outorga de concessão (cessão onerosa) dos portos organizados de Vitória e Barra do Riacho, para administração e exploração de sua infraestrutura por prazo determinado.		
Resumo da execução	O processo foi iniciado em atendimento ao item 9.4.1 do Acórdão 2931/2021-TCU-Plenário. Posteriormente, foi inserido na Agenda Regulatória 2022-2024. No ciclo regulatório, o tema foi desenvolvido de fevereiro/2024 a outubro/2024 e resultou na edição de ato normativo.		
Documentos Relevantes	2023	maio	Processo iniciado 16/05/2023, para atendimento ao item 9.4.1 do Acórdão 2931/2021-TCU-Plenário, conforme Ordem de Serviço nº 130/2023/GRP/SRG (SEI nº 1926325)
		novembro	Relatório de AIR nº 7/2023 (SEI nº 2069140)
		novembro	Nota Técnica para Proposição de Ato Normativo nº 11/2023/GRP/SRG (SEI nº 2071338), de 08/11/2023
		dezembro	Acórdão nº 652-2023-Antaq (SEI nº 2100892): declarou o cabimento do ICPC 01 (R1) às concessões portuárias e determinou a atualização do Manual de Contas do Setor Portuário
	2024	fevereiro	Acórdão nº 40-2024-Antaq (SEI nº 2156351): inclusão do tema na AR 2022-2024
		Etapa 7 - Em análise técnica final	
		maio	Nota Técnica para Proposição de Ato Normativo nº 4/2024/GRP/SRG (SEI nº 2237647), de 15/05/2024
		maio	Despacho SRG (SEI nº 2240929): instrução técnica finalizada
		Etapa 8 - Em deliberação final do colegiado	
		outubro	Acórdão nº 650-2024-Antaq (SEI nº 2377257): aprovação da Resolução Antaq nº 121, de 23 de outubro de 2024, e do Manual de Contas do Setor Portuário
Etapa 9 - Concluído			
Resultado	Resolução Antaq nº 121, de 23 de outubro de 2024 Institui o Manual de Contas do Setor Portuário - Versão 2024		
Situação	Concluído		

ID 3.10 – Procedimentos de revisão extraordinária e aprovação da proposta apoiada dos contratos de concessão de portos organizados

Processo	50300.008615/2023-72		
Responsável	Gerência de Regulação Portuária – GRP		
Relatoria	Alber Vasconcelos		
Descrição	<p>Objetivo: Implementação das regras pactuadas relativas a procedimentos de revisão extraordinária e proposta apoiada de contratos de concessão de portos organizados.</p> <p>Problema regulatório: Determinação do Tribunal de Contas da União no Acórdão 2931/2021-TCU-Plenário sobre a desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA, associada à outorga de concessão (cessão onerosa) dos portos organizados de Vitória e Barra do Riacho, para administração e exploração de sua infraestrutura por prazo determinado.</p>		
Resumo da execução	<p>O tema foi iniciado para atendimento ao item 9.4.2 do Acórdão 2931/2021-TCU-Plenário. Posteriormente, foi inserido na Agenda Regulatória 2022-2024.</p> <p>No ciclo regulatório, o tema foi iniciado em fevereiro/2024 e se encontra em deliberação final do colegiado, com previsão de conclusão para o início de 2025.</p>		
Documentos Relevantes	2023	junho	Processo iniciado em 28/06/2023, para atendimento ao item 9.4.2 do Acórdão 2931/2021-TCU-Plenário, conforme Ordem de Serviço nº 148/2023/GRP/SRG (SEI nº 1936611)
		novembro	Nota Técnica para Proposição de Ato Normativo nº 8/2023/GRP/SRG (SEI nº 1945389)
		novembro	Despacho SRG (SEI nº 2082155): instrução técnica preliminar
		Etapa 4 - Em deliberação do colegiado para participação social	
		abril	Acórdão nº 237-2024-Antaq (SEI nº 2217675): aprovação para participação social
		Etapa 5 - Em participação social	
		maio	Aviso de Audiência Pública nº 8/2024 (SEI nº 2218291): período de 06/05/2024 a 19/06/2024
		junho	Audiência Pública: modelo virtual realizada no dia 10/06/2024
		Etapa 6 - Em análise das contribuições da participação social	
		setembro	Relatório nº 11/2024/GRP/SRG (SEI nº 2351753), de 24/09/2024: análise das contribuições sociais
		setembro	Nota Técnica para Proposição de Ato Normativo nº 12/2024/GRP/SRG (SEI nº 2310281)
		Etapa 7 - Em análise técnica final	
		novembro	Nota Técnica nº 110/2024/GRP/SRG (SEI nº 2398780): análise e manifestação acerca das contribuições jurídicas
dezembro	Despacho SRG (SEI nº 2411574): instrução técnica finalizada		
Etapa 8 - Em deliberação final do colegiado			
Resultado	-		
Situação	Em andamento (previsão de conclusão em 2025)		

ID 3.11 – Revisão da Resolução Antaq nº 2650, de 26 de setembro de 2012, tratando dos instrumentos de acompanhamento e controle de gestão ambiental em instalações portuárias

Processo	50300.000567/2012-11		
Responsável	Gerência de Regulação Portuária – GRP		
Relatoria	Flávia Takafashi		
Descrição	Objetivo: Atualização e aprimoramento do normativo sobre o Índice de Desempenho Ambiental (IDA) da Antaq. Problema regulatório: Necessidade de maior clareza sobre os procedimentos e responsabilidades relacionados ao IDA.		
Resumo da execução	O processo foi iniciado em 2021 pela Gerência de Meio Ambiente e Sustentabilidade (GMS) e posteriormente foi inserido na Agenda Regulatória 2022-2024; tendo sido desenvolvido de fevereiro/2024 a dezembro/2024 e resultado na edição de ato normativo.		
Documentos Relevantes	2021	novembro	Tema iniciado em 16/11/2021, conforme Despacho GMS (SEI nº 1474362)
		novembro	Nota Técnica nº 36/2021/GMS/SDS (SEI nº 1475831)
	2022	fevereiro	Despacho SDS (SEI nº 1549417): para complementação da proposta normativa
	2023	novembro	Nota Técnica nº 42/2023/GMS/SDSI (SEI nº 2073025)
		novembro	Despacho SDSI (SEI nº 2078939): instrução preliminar
	2024	janeiro	Ordem de Serviço nº 20/2024/GRP/SGR (SEI nº 2151206): para análise da proposta normativa
		Etapa 7 - Em análise técnica final	
		julho	Nota Técnica para Proposição de Ato Normativo 11 (SEI nº 2292970)
		agosto	Despacho SRG (SEI nº 2303803): instrução técnica finalizada
		Etapa 8 - Em deliberação final do colegiado	
		agosto	Despacho AST-D1 (SEI nº 2328343): consulta jurídica
		setembro	Parecer Jurídico n. 00059/2024/PFANTAQ/PGF/AGU (SEI nº 2339306)
		setembro	Despacho AST-D1 (SEI nº 2340543): diligências
		setembro	Despacho SFC (SEI nº 2340690): manifestação interna
dezembro		Nota Técnica 47 (SEI nº 2413347): proposição de ajustes	
dezembro	Acórdão nº 759-2024-Antaq (SEI nº 2425699): aprovação da Resolução Antaq nº 123, de 17 de dezembro de 2024.		
Etapa 9 - Concluído			
Resultado	Resolução Antaq nº 123, de 17 de dezembro de 2024 Institui o Índice de Desempenho Ambiental - IDA como instrumento da ANTAQ para acompanhamento e avaliação da gestão ambiental de portos públicos e instalações portuárias		
Situação	Concluído		

ID 3.12 – Limites regulatórios para exploração e contratação de pátios de triagem de veículos, fora e dentro do porto organizado

Processo	50300.003368/2024-07		
Responsável	Gerência de Regulação Portuária – GRP		
Relatoria	Wilson Lima Filho		
Descrição	Objetivo: Verificar possibilidades e formas de remuneração, regras de aplicação, contratação e exploração de áreas, dentro e fora do porto organizado, relacionados com o provimento de infraestruturas que eliminem problemas de trânsito interno nos portos e aumentem a segurança do transporte. Problema regulatório: Incertezas nas fronteiras de direitos e deveres dos portos e dos usuários, o que pode impactar nos custos operacionais dos serviços portuários.		
Resumo da execução	O tema foi iniciado em junho/2024 e foi inserido na Agenda Regulatória 2025-2028 para continuidade.		
Documentos Relevantes	2024	Etapa 1 – Não iniciado	
		Etapa 2 – Em estudos preliminares	
		junho	Tema iniciado em 06/06/2024, conforme Ordem de Serviço nº 47/2024 (SEI nº 2207862)
		junho	Nota Técnica para Proposição de Ato Normativo nº 2/2024/GRN/SRG (SEI nº 2217130)
		agosto	Despacho SRG (SEI nº 2286086): instrução técnica preliminar
		Etapa 4 - Em deliberação do colegiado para participação social	
Resultado	-		
Situação	Inserido na Agenda Regulatória Antaq 2025-2028		

ID 3.13 – Revisão da Resolução Normativa-Antaq nº 13, de 13 de outubro de 2016, tratando das instalações de apoio ao transporte aquaviário

Processo	50300.006472/2018-05		
Responsável	Gerência de Regulação Portuária – GRP		
Relatoria	Flávia Takafashi		
Descrição	Objetivo: Atualização e aprimoramento da Resolução Normativa nº 13/2016, para simplificação de procedimentos, inclusão de previsões, diretrizes e critérios para aprovação dos pedidos, obrigações e procedimentos de fiscalização das áreas. Problema regulatório: Desatualização da Resolução Normativa nº 13/2016 face às mudanças supervenientes ocorridas no setor regulado.		
Resumo da execução	O processo foi iniciado em 2018, para revisão de infrações para instalações portuárias públicas de pequeno porte (IP4s), mas teve o escopo consolidado para a revisão da Resolução Normativa nº 13/2016, em 2019. Em 2021, o processo foi retomado para consolidação normativa, em atendimento ao Decreto nº 10.139/2019; tendo sido sobrestado em 2023 para aguardar o resultado do Processo nº 50300.014796/2022-95 (Avaliação de Resultado Regulatório da Resolução Normativa nº 13/2016). Posteriormente, o Acórdão nº 14-2024-Antaq inseriu o tema na Agenda Regulatória 2022-2024. Nesse ciclo regulatório, o tema foi iniciado em fevereiro/2024 e foi inserido na Agenda Regulatória 2025-2028 para continuidade.		
Documentos Relevantes	2019	outubro	Relatório de AIR 01 (SEI nº 0856959)
		outubro	Nota Técnica nº 323/2019/GRP/SRG (SEI nº 0864515)
	2021	maio	Ordem de Serviço 103 (SEI nº 1317852): consolidação normativa em decorrência do Decreto nº 10.139/2019
		agosto	Nota Técnica para Proposição de Ato Normativo nº 10/2021/GRP/SRG (SEI nº 1336434)
	2023	janeiro	Despacho GRP (SEI nº 1832887): sobrestamento dos autos
	2024	fevereiro	Despacho SRG (SEI nº 2167499): retomada dos autos
		Etapa 2 - Em estudos preliminares	
		junho	Relatório de AIR 1 (SEI nº 2187047)
		junho	Nota Técnica para Proposição de Ato Normativo nº 1/2024/GRN/SRG (SEI nº 2195071)
		agosto	Despacho SRG (SEI nº 2284150): instrução técnica preliminar
		Etapa 4 - Em deliberação do colegiado para participação social	
		outubro	Acórdão nº 644-2024-Antaq (SEI nº 2377220): aprovação para participação social
		Etapa 5 - Em participação social	
		novembro	Aviso de Audiência Pública nº 16/2024 (SEI nº 2377427): período de 11/11/2024 a 26/12/2024
dezembro		Audiência Pública: modelo virtual realizada no dia 10/12/2024	
Etapa 6 - Em análise das contribuições da participação social			
Resultado	-		
Situação	Inserido na Agenda Regulatória Antaq 2025-2028		

ID 4.1 – Elaboração de proposta para regulamentar o conteúdo mínimo de ARR na Antaq

Processo	50300.001826/2023-84			
Responsável	Gerência de Regulação da Navegação – GRN			
Relatoria	Flávia Takafashi			
Descrição	Objetivo: Estabelecer critérios mínimos para regulamentar a Análise de Resultado Regulatório – ARR, após aprovação da Resolução Antaq nº 55/2021. Problema regulatório: Ausência de critérios mínimos para realização do ARR na Agência, que propiciem uma regulação mais assertiva pelo corpo técnico da Antaq.			
Resumo da execução	O tema foi desenvolvido de fevereiro/2023 a agosto/2024 e resultou na edição de ato normativo.			
Documentos Relevantes	2022	Etapa 1 – Não iniciado		
	2023	Etapa 2 – Em estudos preliminares		
		fevereiro	Tema iniciado em 08/02/2023, conforme Ordem de Serviço nº 20/2023/GRN/SRG (SEI nº 1834471)	
		junho	Nota Técnica nº 74/2023/GRN/GRN (SEI nº 1921055): análise do tema	
		agosto	Despacho SRG (SEI nº 2001456): instrução técnica preliminar	
		Etapa 4 - Em deliberação do Colegiado para abertura de consulta pública		
		novembro	Acórdão Antaq nº 627/2023 (SEI nº 2090620): aprovação de submissão em consulta pública. AIR dispensada: art. 4º, incisos II e III do Decreto nº 10.411, de 2020.	
		Etapa 5 - Em participação social / Etapa 6 - Em consulta pública		
		dezembro janeiro	Aviso de Audiência nº 9/2023 (SEI nº 2091235): período de 04/12/2023 a 17/01/2024;	
	dezembro	Audiência Pública: modelo virtual realizada no dia 19/12/2023, conforme Deliberação DG Antaq nº 98/2023 (SEI nº 2107884)		
	2024	Etapa 6 - Em análise das contribuições da participação social		
		maio	Nota Técnica nº 100/2024/GRP/SRG (SEI nº 2239220): análise das contribuições sociais	
		junho	Despacho SRG (SEI nº 2244733): instrução técnica finalizada	
		Etapa 8 - Em deliberação final do colegiado		
		agosto	Acórdão nº 514-2024-Antaq (SEI nº 2325245): aprovação da Resolução Antaq nº 117, de 26 de agosto de 2024	
		Etapa 9 - Concluído		
Resultado	Resolução Antaq nº 117, de 26 de agosto de 2024 Altera a Resolução ANTAQ nº 55, de 09 de setembro de 2021, que estabelece critérios e procedimentos para a Análise de Impacto Regulatório e Avaliação de Resultado Regulatório pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ)			
Situação	Concluído			

ID 4.2 – Regulamentação do procedimento administrativo para harmonizar conflitos de interesse entre os agentes que atuam nos setores regulados pela Antaq, prevendo soluções diligentes

Processo	50300.000291/2017-86	
Responsável	Gerência de Regulação da Navegação – GRN e Gerência de Regulação Portuária	
Relatoria		
Descrição	<p>Objetivo: Regular os procedimentos internos da Antaq classificados como harmonização de conflitos.</p> <p>Problema regulatório: Necessidade de padronização na condução de processos de harmonização de conflitos.</p>	
Resumo da execução	<p>O tema foi iniciado no âmbito da Agenda Regulatória 2016-2017 e teve continuidade na Agenda Regulatória 2018-2019 e na Agenda Regulatória 2020-2021, até sua conclusão na Agenda Regulatória 2022-2024.</p> <p>Nesse ciclo regulatório, o tema foi finalizado em maio/2023, com a edição de dois atos normativos.</p>	
Documentos Relevantes	2016	Etapa 1 – Não iniciado
	2017	Etapa 2 – Em estudos preliminares
		<i>fevereiro</i> Tema iniciado em 20/02/2017, conforme Parecer Técnico nº 5/2017/GRP/SRG (SEI nº 0224587)
		<i>abril</i> Parecer Jurídico nº 00024/2017 (SEI nº 0256249)
		<i>julho</i> Nota Técnica nº 39/2017/GRP/SRG (SEI nº 0301480)
		<i>setembro</i> Formulário para Proposição de Ato Normativo GRP (SEI nº 0346935)
	2018	Etapa 2 – Em estudos preliminares
		<i>fevereiro</i> Nota Técnica nº 1/2018/SRG (SEI nº 0428993)
		<i>maio</i> Nota Técnica nº 1/2018/GT-PORT-110-18-DG (SEI nº 0480765)
		<i>julho</i> Relatório Técnico nº 1/2018/GT-PORT-110-18-DG (SEI nº 0520435)
		<i>julho</i> Formulário para Proposição de Ato Normativo GT-PORT-110-18-DG (SEI nº 0528733)
	2019	<i>fevereiro</i> Parecer Jurídico nº 00113/2018 (SEI nº 0706436)
		<i>setembro</i> Nota Técnica nº 329/2019/GRP/SRG (SEI nº 0868337)
	2020	Etapa 2 – Em estudos preliminares
		<i>julho</i> Plano de Trabalho GRM (SEI nº 1079264)
		<i>outubro</i> Nota Técnica nº 139/2020/GRM/SRG (SEI nº 1158387)
	2021	<i>agosto</i> Nota Técnica para Proposição de Ato Normativo nº 17/2021/GRP/SRG (SEI nº 1381843)
		<i>setembro</i> Nota Técnica para Proposição de Ato Normativo nº 22/2021/GRP/SRG (SEI nº 1430740)
		<i>novembro</i> Parecer Jurídico nº 00084/2021 (SEI nº 1472071)
		<i>dezembro</i> Nota Técnica nº 260/2021/GRP/SRG (SEI nº 1487126): análise das contribuições jurídicas
		<i>dezembro</i> Despacho SRG (SEI nº 1492906): instrução técnica preliminar

	2022	Etapa 4 - Em deliberação do Colegiado para abertura de consulta pública	
		<i>fevereiro</i>	Acórdão Antaq nº 65/2022 (SEI nº 1532697): aprovação de submissão em consulta pública
		Etapa 5 - Em participação social / Etapa 6 - Em consulta pública	
		<i>fevereiro maio</i>	Aviso de Audiência Pública nº 2/2022 (SEI nº 1532700 e 1595382): período de 21/02/2022 a 06/05/2022
		<i>maio</i>	Audiência Pública: modelo virtual realizada no dia 05/05/2022, conforme Deliberação DG Antaq nº 71/2022 (SEI nº 1595382)
		Etapa 7 - Em análise das contribuições da consulta pública e elaboração de AIR final	
		<i>dezembro</i>	Relatório nº 17/2022/GRP/SRG (SEI nº 1779625): análise das contribuições da consulta pública
		<i>dezembro</i>	Nota Técnica para Proposição de Ato Normativo nº 9/2022/GRP/SRG (SEI nº 1783831)
		<i>janeiro</i>	Nota Técnica nº 13/2023/GRP/SRG (SEI nº 1824051): análise de contribuições internas
	2023	Etapa 8 - Em análise jurídica	
		<i>março</i>	Parecer Jurídico nº 00020/2023 (SEI nº 1877763)
		<i>março</i>	Nota Técnica nº 60/2023/GRP/SRG (SEI nº 1880608): análise das contribuições jurídicas
		<i>março</i>	Relatório nº 4/2023/GRP/SRG (SEI nº 1880826)
		<i>abril</i>	Despacho SRG (SEI nº 1900497): instrução técnica finalizada
		Etapa 9 - Em deliberação do Colegiado do AIR final e proposta de regulação	
		<i>maio</i>	Acórdão Antaq nº 215/2023 (SEI nº 1930302): aprovação das Resoluções Antaq nº 97 e nº 98, de 31 de maio de 2023
	Etapa 10 – Concluído		
Resultado	<u>Resolução Antaq nº 97, de 31 de maio de 2023</u> Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) <u>Resolução Antaq nº 98, de 31 de maio de 2023</u> Estabelece os procedimentos administrativos para resolução de conflitos entre os agentes do setor regulado pela ANTAQ		
Situação	Concluído		

ID 4.3 – Disciplinamento dos Termos de Ajuste de Conduta - TAC's, a serem celebrados junto a esta Agência

Processo	50300.008451/2016-54		
Responsável	Gerência de Regulação da Navegação – GRN e Gerência de Regulação Portuária		
Relatoria	José Renato Fialho / Alexandre Lopes		
Descrição	<p>Objetivo: Regulamentar o regramento interno do Termo de Ajuste de Conduta – TAC, tanto sob o aspecto material como processual, em substituição ao Capítulo V da Resolução Antaq nº 3.259/2014 (arts. 83 e seguintes).</p> <p>Problema regulatório: Questionamentos formulados pela Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC sobre a tramitação correta para aplicação de multas por descumprimento de TAC, bem como os atos para a garantia do direito ao contraditório e à ampla defesa da compromissária.</p>		
Resumo da execução	<p>O processo foi iniciado em 2016 com a criação de grupo de trabalho para definir os critérios para o trâmite de TAC na Agência. Posteriormente, foi inserido no âmbito da Agenda Regulatória 2018-2019 e teve continuidade na Agenda Regulatória 2020-2021, até a sua conclusão na Agenda Regulatória 2022-2024. Nesse ciclo regulatório, o tema foi finalizado em dezembro/2022, com a edição de ato normativo.</p>		
Documentos Relevantes	2017	setembro	No âmbito da SRG, o tema se iniciou em 12/09/2017, conforme Despacho AST-D1 (SEI nº 0346991), para análise e manifestação sobre a proposta normativa apresentada pelo Grupo de Trabalho (GT-PORT-132-16-DG)
	2018	fevereiro	Despacho SRG (SEI nº 0425253): manifestação de concordância
		junho	Nota Jurídica n. 00140/2018/NCA/PFANTAQ/PGF/AGU (SEI nº 0534832)
	2019	abril	Formulário para Proposição de Ato Normativo GRP (SEI nº 0713670)
		abril	Nota Técnica para Proposição de Ato Normativo nº 8/2019/GRP/SRG (SEI nº 0717765)
		maio	Exposição de Motivos GRP (SEI nº 0975412)
		junho	Plano de Trabalho GRP (SEI nº 1075358)
		agosto	Nota Técnica para Proposição de Ato Normativo nº 3/2020/GRP/SRG (SEI nº 0986751)
	2020	Etapa 3 - Em elaboração de AIR preliminar	
		agosto	Relatório de AIR nº 3/2020 (SEI nº 1042448)
		setembro	Exposição de Motivos GRP (SEI nº 1144969)
		setembro	Relatório de AIR nº 16/2020 (SEI nº 1144976)
		setembro	Nota Técnica para Proposição de Ato Normativo nº 11/2020/GRP/SRG (SEI nº 1144978);
		dezembro	Despacho SRG (SEI nº 1198843): instrução técnica preliminar
		2021	janeiro
	Etapa 4 - Em deliberação do Colegiado para abertura de consulta pública		

	2021	março	Acórdão Antaq nº 126/2021 (SEI nº 1283089): aprovação de submissão em consulta pública
		Etapa 5 - Em participação social / Etapa 6 - Em consulta pública	
		abril maio	Aviso de Audiência Pública nº 9/2021 (SEI nº 1283791): período de 12/04/2021 a 26/05/2021
		maio	Audiência Pública: modelo virtual realizada no dia 18/05/2021 conforme Deliberação DG Antaq nº 74/2021 (SEI nº 1303818)
		Etapa 7 - Em análise das contribuições da consulta pública e elaboração de AIR final	
		outubro	Relatório nº 7/2021/GRP/SRG (SEI nº 1354320): análise das contribuições da consulta pública
		outubro	Nota Técnica para Proposição de Ato Normativo nº 252021/GRP/SRG (SEI nº 1444016)
		dezembro	Nota Técnica nº 259/2021/GRP/SRG (SEI nº 1486843)
	2022	Etapa 8 - Em análise jurídica	
		janeiro	Parecer Jurídico nº 00087/2021, assinado em 21/01/2022 (SEI nº 1522795)
		março	Nota Técnica nº 16/2022/GRP/SRG (1525224): análise das contribuições jurídicas
		abril	Despacho SRG (SEI nº 1570331): instrução técnica finalizada
		Etapa 9 - Em deliberação do Colegiado do AIR final e proposta de regulação	
		agosto	Despacho D2 (SEI nº 1704890): consulta jurídica
		setembro	Parecer n. 00008/2022/GAB/PFANTAQ/PGF/AGU (SEI nº 1716156)
		dezembro	Acórdão Antaq nº 650/2022 (SEI nº 1790611): aprovação da Resolução Antaq nº 92, de 15 de dezembro de 2022
		Etapa 10 - Concluído	
Resultado	Resolução Antaq nº 92, de 15 de dezembro de 2022 Estabelece os critérios e procedimentos para celebração de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta no âmbito da Agência Nacional de Transportes Aquaviários.		
Situação	Concluído		

ID 4.4 – Atualização da Norma que disciplina o Processo Administrativo Sancionador

Processo	50300.002762/2011-03	
Responsável	Gerência de Regulação da Navegação – GRN	
Relatoria	José Renato Fialho / Alexandre Lopes / Wilson Lima Filho	
Descrição	Objetivo: Revisar a norma do processo administrativo sancionador da Antaq. Problema regulatório: Necessidade de adequação às novas políticas fiscalizatórias da Antaq.	
Resumo da execução	O processo foi iniciado em 2016 com a aprovação da Resolução Normativa Antaq nº 6/2016, que alterou a norma do processo administrativo sancionador da Antaq. Em 2020, o processo foi retomado para nova análise de alteração da Resolução Antaq nº 3259/2014, em linha com o Decreto nº 10.139/2019. Posteriormente, foi inserido na Agenda Regulatória 2022-2024. Nesse ciclo regulatório, o tema foi desenvolvido ao longo de todo o período e se encontra em análise das contribuições da participação social, com previsão de conclusão em 2025.	
Documentos Relevantes	2022	Etapa 2 – Em estudos preliminares
		<i>abril</i> Despacho SRG (SEI nº 1486743): instrução técnica preliminar
		Etapa 4 - Em deliberação do Colegiado para abertura de consulta pública
		<i>maio</i> Despacho D2 (SEI nº 1620982): diligências
		<i>junho</i> Nota Técnica nº 53/2022/GRN/SRG (SEI nº 1628102)
		<i>julho</i> Acórdão Antaq nº 403/2022 (SEI nº 1661436): aprovação da proposta apresentada para submissão em consulta pública
		Etapa 5 - Em participação social / Etapa 6 - Em consulta pública
		<i>julho setembro</i> Aviso de Audiência Pública nº 9/2022: período de 18/07/2022 a 30/09/2022 (SEI nº 1661620 e 1712703)
		<i>agosto</i> Audiência Pública: modelo virtual realizada no dia 29/08/2022, conforme Deliberação DG Antaq nº 115/2022 (SEI nº 1698255)
	2023	Etapa 7 - Em análise das contribuições da consulta pública e elaboração de AIR final
		<i>março</i> Relatório Técnico nº 1/2023/GRN/SRG (SEI nº 1843030): análise das contribuições da consulta pública
		<i>junho</i> Nota Técnica nº 4/2023/SFC (SEI nº 1896916): Alterações na Resolução 3259 propostas pela SFC
		<i>outubro</i> Nota Técnica nº 157/2023/GRN/SRG (SEI nº 2039149): Análise final da GRN
	2024	<i>novembro</i> Despacho SRG (SEI nº 2067563): instrução técnica com sugestão de realização de nova participação social
		Etapa 4 - Em deliberação do colegiado para participação social
		<i>março</i> Despacho D2 (SEI nº 2176160): diligências
		<i>abril</i> Nota Técnica nº 65/2024/GRN/SRG (SEI nº 2209489)
		<i>maio</i> Despacho SRG (SEI nº 2234008): instrução técnica preliminar
		<i>setembro</i> Acórdão nº 584-2024-Antaq (SEI nº 2350863): aprovação para participação social

	Etapa 5 - Em participação social	
	<i>outubro</i> <i>novembro</i>	Aviso de Audiência Pública nº 12/2024 (SEI nº 2350979): período de 07/10/2024 a 20/11/2024
	<i>novembro</i>	Audiência Pública: modelo virtual realizada no dia 12/11/2024, conforme Deliberação DG Antaq nº 98/2024 (SEI nº 2387653)
	Etapa 6 - Em análise das contribuições da participação social	
	<i>dezembro</i>	Relatório Técnico nº 26/2024/GRN/SRG (SEI nº 2436375): análise das contribuições sociais
Resultado	-	
Situação	Em andamento (previsão de conclusão em 2025)	

ID 4.5 – Normatização do ambiente regulatório experimental - Sandbox Regulatório na Antaq

Processo	50300.006739/2024-02		
Responsável	Gerência de Regulação Portuária e Coordenadoria-Geral de Governança Regulatória		
Relatoria	Eduardo Nery		
Descrição	Objetivo: Regular as regras e critérios para o Sandbox Regulatório da Antaq. Problema regulatório: Necessidade de implementar o ambiente regulatório experimental na Agência.		
Resumo da execução	O tema foi inserido na Agenda Regulatória 2022-2024, por meio do Acórdão nº 660-2024-Antaq, e se encontra em deliberação final do colegiado, com previsão de conclusão no início de 2025.		
Documentos Relevantes	2024	junho	O processo foi iniciado em 14/06/2024 para avaliar proposta do ambiente regulatório experimental da Antaq, consoante o Despacho GRP (SEI nº 2207934)
		agosto	Nota Técnica para Proposição de Ato Normativo nº 9/2024/GRP/SRG (SEI nº 2267686)
		agosto	Despacho SRG (SEI nº 2312932): instrução técnica preliminar
		outubro	Acórdão nº 660-2024-Antaq: inseriu o tema na Agenda Regulatória 2022-2024 e o considerou concluído
		Etapas 5 - Em participação social	
		novembro	Avisos de Tomadas de Subsídios nº 02 e 03/2024 (SEI nº 2388903 e 2388906): de 11/11/2024 a 10/12/2024
		dezembro	
		Etapas 6 - Em análise das contribuições da participação social	
		dezembro	Relatório Técnico nº 2/2024/CGGR/SRG (SEI nº 2425244): análise das contribuições sociais
		Etapas 7 - Em análise técnica final	
		dezembro	Despacho SESGI (SEI nº 2447041): manifestação interna
		janeiro	Despacho SRG (SEI nº 2449153): instrução técnica finalizada
	2025	Etapas 8 - Em deliberação final do colegiado	
		janeiro	Despacho AST-DG (SEI nº 2457753): diligências
		janeiro	Relatório Técnico nº 1/2025/CGGR/SRG (SEI nº 2458652): complementação da instrução processual
		janeiro	Despacho SRG (SEI nº 2459039): retorno diligências
Resultado	-		
Situação	Em andamento (previsão de conclusão em 2025)		

Avaliação

Resultados

Conforme apresentado no detalhamento da execução dos temas, a Agenda Regulatória Antaq 2022-2024 contou com 30 temas ao longo do período, permanecendo 27 temas válidos e 3 excluídos.

Considerando apenas os temas válidos ao final do período, seguem os resultados da execução dos temas de forma geral, por eixo temático e por ano:

Execução dos Temas da Agenda Regulatória 2022-2024 – Geral			
Status	Temas	Quantidade	Percentual
Concluído	2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.7, 3.4, 3.5, 3.6, 3.8, 3.9, 3.11, 4.1, 4.2 e 4.3	14	52%
Em andamento	2.5, 2.6, 3.1, 3.2, 3.10, 4.4 e 4.5	7	24%
AR 2025-2028	1.3, 2.8, 2.9, 3.7, 3.12 e 3.13	6	22%

Execução dos Temas da Agenda Regulatória 2022-2024 – Eixos Temáticos				
Eixo Temático	Status	Temas	Quantidade	Percentual
Navegação Interior	Concluído	-	-	-
	Em andamento	-	-	-
	AR 2025-2028	1.3	1	100%
Navegação Marítima	Concluído	2.1, 2.2, 2.3, 2.4 e 2.7	5	62,5%
	Em andamento	2.5 e 2.6	2	25%
	AR 2025-2028	2.8	1	12,5%
Instalações Portuárias	Concluído	3.4, 3.5, 3.6, 3.8, 3.9 e 3.11	6	50%
	Em andamento	3.1, 3.2 e 3.10	3	25%
	AR 2025-2028	3.7, 3.12 e 3.13	3	25%
Temas Gerais	Concluído	4.1, 4.2 e 4.3	3	60%
	Em andamento	4.4 e 4.5	2	40%
	AR 2025-2028	-	-	-

Execução dos Temas da Agenda Regulatória 2022-2024 – Concluídos/Por ano			
Ano	Temas	Quantidade	Percentual
2022	2.3, 2.7 e 4.3	3	21%
2023	2.4, 3.4, 3.6, 4.2	4	29%
2024	2.1, 2.1, 2.2, 3.8, 3.9, 3.11 e 4.1	7	50%

Indicador de Cumprimento da Agenda Regulatória (IAR)

De acordo com a Lei nº 13.848, de 2019, a Agenda Regulatória deve estar alinhada com os objetivos do Plano Estratégico. Portanto, a Agenda Regulatória Antaq 2022-2024 passou a integrar o Plano Estratégico 2021-2024, por meio do Indicador de Cumprimento da Agenda Regulatória (IAR).

O IAR é uma métrica desenvolvida para avaliar o desempenho de um órgão regulador em relação ao cumprimento de sua Agenda Regulatória. Ele visa monitorar o progresso de temas ou atividades regulatórias planejadas, fornecendo uma visão clara e objetiva sobre o quanto uma entidade está cumprindo seu objetivo.

O IAR é expresso em percentual para verificar a execução, de forma objetiva, da Agenda Regulatória.

$$\text{IAR} = \frac{\text{nº de temas aprovados}}{\text{nº total de temas da Agenda Regulatória}}$$

Deste modo, considerando os resultados apresentados até o momento:

$$\text{IAR} = \frac{14}{27} = 52\%$$

Destaca-se que este relatório será atualizado para contemplar os resultados definitivos do ciclo regulatório, ao final da execução dos temas que estão em andamento, em estágio avançado, para conclusão em 2025.

Atos normativos editados

Dentre os temas concluídos, dois deles (2.2 e 2.4) não resultaram em opção regulatória normativa. Os demais resultaram nos seguintes atos normativos, por ordem cronológica:

Ato normativo	Tema	Descrição
Resolução Antaq nº 112, de 12 de março de 2024	2.1	Estabelece critérios para identificação do agente responsável pela armazenagem adicional de carga nas instalações portuárias, de acordo com o previsto no artigo 6º da Resolução ANTAQ nº 72, de 30 de março de 2022; altera a Resolução ANTAQ nº 62, de 29 de novembro de 2021 e a Resolução ANTAQ nº 75, de 02 de junho de 2022
Resolução Antaq nº 86, de 9 de setembro de 2022	2.3	Estabelece os critérios para o enquadramento da embarcação como efetivamente operante e pertencente a um mesmo grupo econômico, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.301, de 6 de janeiro de 2022
Resolução Antaq nº 89, de 12 de dezembro de 2022	2.7	Altera a norma constante da Resolução ANTAQ nº 62, de 30 de novembro de 2021, que estabelece as regras sobre os direitos e deveres dos usuários, dos agentes intermediários e das empresas que operam nas navegações de apoio marítimo, apoio portuário, cabotagem e longo curso, e estabelece infrações administrativas
Resolução Antaq nº 92, de 15 de dezembro de 2022	4.3	Estabelece os critérios e procedimentos para celebração de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta no âmbito da Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Resolução Antaq nº 97, de 31 de maio de 2023	4.2	Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ)
Resolução Antaq nº 98, de 31 de maio de 2023		Estabelece os procedimentos administrativos para resolução de conflitos entre os agentes do setor regulado pela ANTAQ
Resolução Antaq nº 100, de 19 de junho de 2023	3.4	Estabelece metodologia para determinar abusividade na cobrança da Taxa de Movimentação no Terminal

<u>Resolução Antaq nº 101, de 19 de junho de 2023</u>		Estabelece instrumentos de aprimoramento de análise e fiscalização da cobrança da Taxa de Movimentação no Terminal e altera a Resolução ANTAQ nº 62, de 30 de novembro de 2021 e Resolução ANTAQ nº 72, de 30 de março de 2022
<u>Resolução Antaq nº 104, de 23 de junho de 2023</u>	3.6	Altera a norma aprovada pela Resolução nº 75-ANTAQ, de 2 de junho de 2022, para dispor sobre a obrigatoriedade da contratação de seguros em instalações portuárias
<u>Resolução Antaq nº 109, de 17 de novembro de 2023</u>	3.5	Dispõe sobre a estrutura de serviços prestados por operadores portuários e instalações portuárias que movimentam ou armazenam cargas containerizadas e a definição de diretrizes acerca dos serviços inerentes, acessórios ou complementares
<u>Resolução Antaq nº 117, de 26 de agosto de 2024</u>	4.1	Altera a Resolução ANTAQ nº 55, de 09 de setembro de 2021, que estabelece critérios e procedimentos para a Análise de Impacto Regulatório e Avaliação de Resultado Regulatório pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ)
<u>Resolução Antaq nº 118, de 24 de setembro de 2024</u>	3.8	Estabelece a obrigatoriedade da prestação de informações para alimentação do Sistema de Acompanhamento de Preços Portuários (Módulo APP) da Antaq
<u>Resolução Antaq nº 121, de 23 de outubro de 2024</u>	3.9	Institui o Manual de Contas do Setor Portuário - Versão 2024
<u>Resolução Antaq nº 123, de 17 de dezembro de 2024</u>	3.11	Institui o Índice de Desempenho Ambiental - IDA como instrumento da ANTAQ para acompanhamento e avaliação da gestão ambiental de portos públicos e instalações portuárias

Resumo

Resultados da Agenda Regulatória Antaq 2022-2024							
Eixo	ID	Tema	Processo	Relatoria	Período	Status	Resultado
Navegação Interior	1.1	Modelagem de outorgas para travessias	50300.003469/2022-16	Flávia Takafashi	março/2022 a dezembro/2023	Excluído	-
Navegação Interior	1.2	Regulação dos pontos de atracação do serviço de transporte de travessia	50300.003386/2023-08	Alber Vasconcelos	fevereiro/2023 a outubro/2023	Excluído	-
Navegação Interior	1.3	Simplificar o estoque regulatório da navegação interior Revisão e simplificação do estoque regulatório da navegação interior	50300.009504/2020-31 50300.003320/2024-91	Flávia Takafashi	janeiro/2022 a janeiro/2025	Inserido na AR 2025-2028	-
Navegação Marítima	2.1	Avaliação da pertinência de inserção de tipificação na RN-18 acerca da recusa na assunção da cobrança de sobre-estadia pelo transportador marítimo ou agente intermediário nas situações em que estes foram agente causador da prestação do serviço e restam inadimplentes	50300.006171/2022-50	Flávia Takafashi	abril/2022 a março/2024	Concluído	Resolução Antaq nº 112, de 12 de março de 2024
Navegação Marítima	2.2	Flexibilização das regras de afretamento a respeito de compartilhamento de embarcação afretada por mais de 1 (um) afretador e de cessão de tonelagem entre EBNs e não-EBNs	50300.001825/2023-30	Wilson Lima Filho	abril/2023 a abril/2024	Concluído	Conclusão sem edição de ato normativo
Navegação Marítima	2.3	Inovações decorrentes da Lei nº 14.301/22: Definição dos critérios para enquadramento da embarcação	50300.000151/2022-75	Adalberto Tokarski / José Renato Fialho	janeiro/2022 a setembro/2022	Concluído	Resolução Antaq nº 86, de 9 de setembro de 2022

		como efetivamente operante e pertencente a um grupo econômico					
Navegação Marítima	2.4	Desenvolver metodologia para determinar abusividade na cobrança de sobre-estadia de contêineres	50300.010899/2020-14	Adalberto Tokarski / José Renato Fialho	janeiro/2022 a março/2023	Concluído	Conclusão sem edição de ato normativo
Navegação Marítima	2.5	Inovações decorrentes da Lei nº 14.301/22: Adequações e atualizações na Resolução Normativa Antaq nº 01/2015	50300.011176/2021-13	Flávia Takafashi	julho/2023 a janeiro/2025	Em andamento (conclusão em 2025)	(Em deliberação final do colegiado)
Navegação Marítima	2.6	Inovações decorrentes da Lei nº 14.301/22: Adequações e atualizações na Resolução Normativa Antaq nº 05/2016	50300.011174/2021-24	Wilson Lima Filho	julho/2023 a janeiro/2025	Em andamento (conclusão em 2025)	(Em análise das contribuições da participação social)
Navegação Marítima	2.7	Inovações decorrentes da Lei nº 14.301/22: Adequações e atualizações na Resolução Antaq nº 62/2021	50301.001515/2014-14	Alexandre Lopes	fevereiro/2022 a dezembro/2022	Concluído	Resolução Antaq nº 89, de 12 de dezembro de 2022
Navegação Marítima	2.8	Adequação dos critérios de afretamento por tempo na navegação de cabotagem, em decorrência das alterações na Lei nº 9.432/97, introduzidas pela Lei nº 14.301/22.	50300.006613/2024-20	Flávia Takafashi	abril/2024 a janeiro/2025	Inserido na AR 2025-2028	-
Navegação Marítima	2.9	Revisão e aprimoramento dos procedimentos de consulta ao mercado da disponibilidade de embarcação brasileira, com vistas ao afretamento de embarcações estrangeiras para operar na navegação marítima	50300.003395/2024-71	Flávia Takafashi	março/2024 a janeiro/2025	Inserido na AR 2025-2028	-

Instalações Portuárias	3.1	Inovações decorrentes da Lei nº 14.047/2020	50300.009303/2022-03	José Renato Fialho / Wilson Lima Filho	maio/2022 a janeiro/2025	Em andamento (conclusão em 2025)	(Em deliberação final do colegiado)
Instalações Portuárias	3.2	Inspeção Não Invasiva de Contêineres - INI	50300.016365/2020-00	José Renato Fialho / Wilson Lima Filho	março/2023 a janeiro/2025	Em andamento (conclusão em 2025)	(Em análise das contribuições da participação social)
Instalações Portuárias	3.3	Regulamentação do parágrafo único do art. 9º da Resolução Normativa nº 34 Antaq, de 2019	50300.008713/2020-67	Eduardo Nery	fevereiro/2022 a agosto/2022	Excluído	-
Instalações Portuárias	3.4	Sistematizar mecanismo de análise e apuração de possíveis abusividades relacionadas com cobrança de THC de usuários, por parte dos armadores que atracam em instalações portuárias brasileiras	50300.002251/2019-31	Flávia Takafashi	janeiro/2022 a junho/2023	Concluído	Resolução Antaq nº 100, de 19 de junho de 2023 Resolução Antaq nº 101, de 19 de junho de 2023
Instalações Portuárias	3.5	Padronização das rubricas dos serviços básicos prestados pelos terminais de contêineres e definição de diretrizes acerca dos serviços inerentes, acessórios ou complementares	50300.014335/2019-17	José Renato Fialho / Wilson Lima Filho	janeiro/2022 a novembro/2023	Concluído	Resolução Antaq nº 109, de 17 de novembro de 2023
Instalações Portuárias	3.6	Definição de critérios mínimos que orientem a contratação de seguro de responsabilidade civil e de acidentes pessoais para dar cobertura as suas responsabilidades como autoridade portuária e arrendatários (ou figuras análogas, tais como contrato de transição, uso temporário, cessão de uso), excluindo o seguro de operador portuário	50300.002198/2019-78	Eduardo Nery	janeiro/2022 a junho/2023	Concluído	Resolução Antaq nº 104, de 23 de junho de 2023

Instalações Portuárias	3.7	Atualização da Norma de Fiscalização Portuária	50300.009853/2022-14 50300.017497/2024-74	Flávia Takafashi	setembro/2022 a janeiro/2025	Inserido na AR 2025-2028	
Instalações Portuárias	3.8	Revisão da Resolução Normativa Antaq nº 31, de 13 de abril de 2019, tratando da prestação de informações para a alimentação do Sistema de Acompanhamento de Preços Portuários (Módulo APP)	50300.001292/2021-24	Alexandre Lopes / Wilson Lima Filho	agosto/2022 a setembro/2024	Concluído	Resolução Antaq nº 118, de 24 de setembro de 2024
Instalações Portuárias	3.9	Aplicação da interpretação contábil ICPC 01 (R1) na contabilização de concessões de portos organizados	50300.007932/2023-71	Wilson Lima Filho	fevereiro/2024 a outubro/2024	Concluído	Resolução Antaq nº 121, de 23 de outubro de 2024
Instalações Portuárias	3.10	Procedimentos de revisão extraordinária e aprovação da proposta apoiada dos contratos de concessão de portos organizados	50300.008615/2023-72	Alber Vasconcelos	fevereiro/2024 a janeiro/2025	Em andamento (conclusão em 2025)	(Em análise das contribuições da participação social)
Instalações Portuárias	3.11	Revisão da Resolução Antaq nº 2650, de 26 de setembro de 2012, tratando dos instrumentos de acompanhamento e controle de gestão ambiental em instalações portuárias	50300.000567/2012-11	Flávia Takafashi	janeiro/2024 a dezembro/2024	Concluído	Resolução Antaq nº 123, de 17 de dezembro de 2024
Instalações Portuárias	3.12	Limites regulatórios para exploração e contratação de pátios de triagem de veículos, fora e dentro do porto organizado	50300.003368/2024-07	Wilson Lima Filho	junho/2024 a janeiro/2025	Inserido na AR 2025-2028	-
Instalações Portuárias	3.13	Revisão da Resolução Normativa-Antaq nº 13, de 13 de outubro de 2016, tratando das instalações de apoio ao transporte aquaviário	50300.006472/2018-05	Flávia Takafashi	fevereiro/2024 a janeiro/2025	Inserido na AR 2025-2028	-

Temas Gerais	4.1	Elaboração de proposta para regulamentar o conteúdo mínimo de ARR na Antaq	50300.001826/2023-84	Flávia Takafashi	fevereiro/2023 a agosto/2024	Concluído	Resolução Antaq nº 117, de 26 de agosto de 2024
Temas Gerais	4.2	Regulamentação do procedimento administrativo para harmonizar conflitos de interesse entre os agentes que atuam nos setores regulados pela Antaq, prevendo soluções diligentes	50300.000291/2017-86	Flávia Takafashi	janeiro/2022 a maio/2023	Concluído	Resolução Antaq nº 97, de 31 de maio de 2023 Resolução Antaq nº 98, de 31 de maio de 2023
Temas Gerais	4.3	Disciplinamento dos Termos de Ajuste de Conduta - TAC's, a serem celebrados junto a esta Agência	50300.008451/2016-54	José Renato Fialho / Alexandre Lopes	janeiro/2022 a dezembro/2022	Concluído	Resolução Antaq nº 92, de 15 de dezembro de 2022
Temas Gerais	4.4	Atualização da Norma que disciplina o Processo Administrativo Sancionador	50300.002762/2011-03	José Renato Fialho / Alexandre Lopes / Wilson Lima Filho	janeiro/2022 a janeiro/2025	Em andamento (conclusão em 2025)	(Em deliberação final do colegiado)
Temas Gerais	4.5	Normatização do ambiente regulatório experimental - <i>Sandbox</i> Regulatório na Antaq	50300.006739/2024-02	Eduardo Nery	junho/2024 a janeiro/2025	Em andamento (conclusão em 2025)	(Em deliberação final do colegiado)

CONCLUSÕES

Considerando as atribuições regimentais da Coordenadoria-Geral de Governança Regulatória (CGGR) e da Superintendência de Regulação (SRG), este relatório apresentou os principais fatos e resultados alcançados durante o ciclo da Agenda Regulatória Antaq 2022-2024, em atendimento ao disposto no art. 4º, inciso XII, da Resolução Antaq nº 40/2021.

Destaca-se que este relatório será atualizado para contemplar os resultados definitivos do ciclo regulatório, ao final da execução dos temas que estão em andamento, em estágio avançado, para conclusão em 2025.

Diante do exposto, recomenda-se que o presente relatório seja incluído no processo da Agenda Regulatória Antaq 2022-2024 e seja disponibilizado para consulta pública na página eletrônica da Agência.